



Bibliografia anotada sobre parcerias e concessões para gestão de atividades turísticas e recreativas em áreas protegidas

Juarez Michelotti¹, James R. Barborak² e Javier Sagra³

Apresentação

A importância das áreas protegidas como estratégia de conservação da biodiversidade é reconhecida globalmente e estimulada em diversos acordos, tratados e estratégias nacionais e internacionais de gestão ambiental. De acordo com o banco de dados mundial sobre áreas protegidas (WDPA), em 2018, as áreas protegidas representam cerca de 15% de áreas de terra e 7% de áreas marinhas no contexto mundial. A governança e a gestão destas áreas assumem diversos arranjos uma vez que áreas públicas e privadas são diretamente influenciadas pelos contextos de onde estão inseridos.

Em 2014, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) firmou um acordo de parceria - a Parceria para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia (que chamaremos de PCAB ou “a Parceria”) - com o Governo do Brasil para apoiar a conservação de áreas protegidas e da biodiversidade na Amazônia. O foco da Parceria era conservar as áreas protegidas do Brasil conectando os brasileiros às suas terras públicas e expandir as oportunidades de crescimento econômico por meio de um turismo sustentável e bem administrado. A USAID precisava de um parceiro de implementação com ampla experiência em gerenciamento de uso público e o Serviço Florestal dos EUA (USFS) foi a escolha mais acertada, pois a instituição administra 155 florestas nacionais de uso múltiplo e 20 pradarias nacionais, além de possuir uma parceria com o Brasil há 40 anos sobre gestão de recursos naturais. Para implementar o programa, o USFS estabeleceu parcerias com várias universidades dos EUA, incluindo o Centro para Gestão de Áreas Protegidas (CPAM) da Universidade Estadual do Colorado (CSU). O parceiro implementador no governo do Brasil para o projeto foi o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma agência do Ministério do Meio Ambiente. O ICMBio foi formado em 2007 para gerenciar as diversas áreas protegidas federais do Brasil, desde reservas extrativistas a áreas de proteção ambiental marinhas até unidades de conservação de proteção integral como parques nacionais e reservas biológicas. Por meio da parceria, o USFS, a CSU e outros parceiros aprimoraram a capacidade institucional do ICMBio no uso de ferramentas inovadoras, em abordagens de pensamento crítico, no engajamento do público e no uso de boas práticas globais para melhorar a gestão das áreas protegidas e planejar seu uso público. Uma das áreas de grande importância

¹ Mestrando do programa de Liderança Global em Conservação – Universidade Estadual do Colorado (EUA)

² Co-Diretor do Centro para Gestão de Áreas Protegidas – Universidade Estadual do Colorado (EUA)

³ Pós-Doutorado do programa de Ciências Agrárias e Ambientais – Universidade de Castilla-La Mancha (Espanha)

para o ICMBio foram as boas práticas e as experiências anteriores no desenvolvimento e gestão de parcerias com o setor privado para a prestação de serviços aos visitantes.

As parcerias entre poder público e iniciativa privada para a gestão de áreas protegidas são ferramentas que combinam habilidades, experiências e recursos dos setores público e privado.. Cada vez mais estas parcerias, usadas há mais de um século assumem um papel de destaque e passam a ser consideradas alternativas para melhoria da gestão de áreas protegidas, ampliação da quantidade e qualidade de serviços recreativos e turísticos, criação de emprego, melhoria do bem-estar de comunidades localizados dentro ou perto dos parques e reservas naturais, e geração de recursos financeiros para as áreas protegidas. Muitas dúvidas, antipatia e falta de confiança entre setores, existe quanto ao estabelecimento destes processos (como por exemplo confundir parcerias com privatização). A história destas parcerias e a experiência acumulada ao nível mundial devem ser entendidas e aprofundadas através da revisão de trabalhos e processos anteriores para que possam ser definidas boas práticas e estratégias específicas e contextualizadas que efetivamente esclareçam o papel das parcerias. Assim, as concessões e outras formas de parcerias podem contribuir efetivamente com o objetivo principal das áreas protegidas de gerar impactos ambientais, sociais e econômicos positivos, principalmente nas e para as comunidades onde estão inseridas.

Este relatório refere-se à atualização da bibliografia sobre parcerias e concessões para gestão de atividades turísticas e recreativas em áreas protegidas (que chamaremos 'bibliografia de concessões') para o uso e apoio do desenvolvimento desses arranjos entre ICMBio e o setor privado no Brasil. Ele é parte de um projeto coordenado por Jim Barborak, Co-Diretor do Centro para Gestão de Áreas Protegidas – CPAM da Universidade Estadual do Colorado – CSU. Barborak começou o projeto em 2006, quando trabalhava para a ONG Conservação Internacional e a continuidade desta iniciativa está centrada no CPAM/CSU desde 2009.

O [Centro para Gestão de Áreas Protegidas \(CPAM\)](#) da Universidade Estadual do Colorado (CSU) faz parte da Faculdade de Recursos Naturais Warner que, há mais de cinquenta anos, é conhecida como "*the ranger factory*" (a fábrica de guarda parques – em tradução livre). Durante três décadas, baseado no legado da CSU, o Centro vem desempenhando um papel de liderança em desenvolvimento de capacidades para profissionais que atuam em áreas protegidas e conservação através do ensino, treinamento e assistência técnica relacionada à gestão de parques e áreas naturais protegidas do mundo. O CPAM organiza intensivos cursos práticos de treinamento ministrados, principalmente nas Américas, para profissionais e oferece assistência técnica no planejamento e gestão de áreas protegidas. O CPAM trabalha com agências nacionais e internacionais, ONGs colaboradoras e doadores internacionais para fazer pesquisa aplicada sobre as áreas protegidas, fazer avaliações detalhadas das necessidades de treinamento, conduzir cursos de treinamento de guarda parques, gestores e profissionais ligados a gestão de áreas protegidas, e realizar seminários sobre turismo e liderança sobre questões de gênero nas áreas protegidas e o papel das mulheres na conservação. As ações do CPAM têm abrangência global e em seus [cursos de manejo de áreas protegidas](#), [seminários de turismo em áreas protegidas](#), [seminários de liderança para mulheres na conservação](#), [cursos de guarda parques](#), oficinas sobre [interpretação ambiental](#), planejamento e manutenção de trilhas, financiamento

da conservação, entre outros, participaram mais de 2000 pessoas nos últimos 30 anos, com representantes de 60 países, de todos os continentes.

Esta bibliografia de concessões faz parte de um processo contínuo de atualização que visa compartilhar conhecimentos de forma gratuita, ágil e direta contribuindo para os parques atinjam seus objetivos de “promoção da visitação de forma compatível com a conservação da natureza e dos bens culturais existentes” (UICN).

Objetivo

O objetivo deste trabalho é gerar uma listagem atualizada, de fácil acesso e gratuita com referências significativas sobre concessões e outros instrumentos de parceria entre as esferas pública e privada para a gestão do turismo e recreação em áreas protegidas.

Metodologia

Para atualizar a bibliografia de concessões as referências de versões anteriores foram revisitadas para conferir se as URLs seguiam em funcionamento. Foram mantidas as referências com URLs ativas e incluídas novas referências provenientes de pesquisas realizadas entre outubro de 2019 e junho de 2020. A pesquisa foi desenvolvida com o uso de ferramentas de busca na Internet como Google, Google Acadêmico, além de orientação de profissionais do CPAM e da biblioteca da Universidade Estadual do Colorado. As referências foram subdivididas em seções de acordo com o idioma principal - português, espanhol e inglês - e dentro de cada seção, em categorias de acordo com o tipo de referência - trabalhos científicos, notícias, websites, relatórios e livros, e documentos.

Referências de diversas partes do mundo são listadas juntamente com sua localização na rede internacional de computadores (Internet) através de um hiperlink que direcionam a uma página web, ou para o download de um arquivo PDF. Desta lista fazem parte: estudos de caso, documentos sobre boas práticas, páginas web de instituições que atuam na conservação da natureza e gestão de áreas protegidas, bibliotecas virtuais, notícias, leis, decretos, portarias, políticas públicas, procedimentos e normas para formulação de contratos, licitações, implantação e supervisão de processos relacionados à concessão de serviços turísticos em áreas protegidas.

Para as referências consideradas de maior relevância foram elaboradas anotações que apresentam, de forma sucinta, o conteúdo do material indicado e auxiliam o leitor a identificar fontes idôneas.

É importante destacar que existe muita inovação neste campo, em todo o mundo, e constantemente surgem novas referências. Por isso, além das referências aqui incluídas, particularmente para os leitores interessadas em “literatura cinzenta” sobre temas como leis,

portarias, regras, políticas e exemplos de processos de licitação recomendamos visitar os websites de instituições públicas que possuem grande experiência com concessões, à exemplo do Serviço Florestal e o Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos.

Resultados

Esta edição da bibliografia de concessões contém um total de 162 referências, sendo 69 em inglês, 56 em português e 37 em espanhol. Destas, foram elaboradas anotações para 25 referências em inglês, 15 em português e 11 em espanhol. As referências são provenientes de diversas partes do mundo; todavia há particular ênfase na América do Norte, América do Sul e África. Em posteriores edições, pretende-se incluir mais referências sobre Europa, Ásia e Oceania. Encoraja-se a contribuição dos leitores deste relatório com sugestões sobre literatura de essas regiões.

Considerações Finais

O dinamismo e a inovação no campo das parcerias e concessões para gestão de atividades turísticas e recreativas em áreas protegidas é constante, e a produção de conhecimento segue o mesmo ritmo. Para que este banco de dados continue relevante e atualizado faz-se necessária a participação de diversos profissionais e estudantes, assim convidamos todos os leitores a participarem, informando sobre documentos adicionais que considerem relevantes para esta bibliografia de concessões.

Sugestões de novas referências ou questões sobre problemas para acessar as referências aqui indicadas devem ser enviadas o correio eletrônico jim.barborak@colostate.edu.

AGRADECIMENTOS

A bibliografia de concessões possui várias versões que foram atualizadas no decorrer dos anos com o apoio de estagiários e profissionais que merecem nosso agradecimento:

- Agradecemos muito ao apoio da Parceria para a Conservação de Biodiversidade da Amazônia (PCAB) formado pela USAID, o USFS e o ICMBio entre outros parceiros. Em especial, gostaríamos agradecer à Michelle Zweede e Suelene Couto pela confiança e por trabalharmos juntos ao longo dos 5 anos desta parceria no Brasil;
- Agradecemos aos Analistas Ambientais do ICMBio que estão desenvolvendo novos arranjos e parcerias para melhorar as experiências dos visitantes nas unidades de conservação do Brasil. Entendemos os desafios deste trabalho que é difícil e contínuo, e esta bibliografia de concessões vêm na intenção de apoiá-los nesta importante missão;

- Muito obrigado à Dana Perry, que trabalhou em 2006 na bibliografia de concessões quando era estudante do Programa de Mestrado em Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável - programa conjunto da Universidade Americana e da Universidade para a Paz (Costa Rica);
- Neel Inamdaar da Conservação Internacional – CI pelo apoio ao programa de estágio para estudantes da Universidade para a Paz;
- Jen Hobson (2011/2012), pelo trabalho na bibliografia de concessões e também, a ela e Adrian Benedetti, pelo apoio logístico na conferência de concessões do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos – Parcerias inovadoras para a gestão do turismo em áreas protegidas e áreas de patrimônio mundial;
- Kelly Weatherman (2012) e Kaelin English (2015), estudantes da Universidade Estadual do Colorado;
- Miriam Wyman da Universidade de Auburn pelas diversas colaborações;
- Jon Putnam, Steve Morris e Jo Pendry, do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos.
- Agradecemos, em especial, à Conservação Internacional e ao Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos pelo apoio financeiro inicial.

As versões mais recentes contaram com apoio financeiro do Programa work-study que conta com recursos Federais e do Estado do Colorado viabilizando os trabalhos de diversos estudantes da Universidade Estadual do Colorado.

Estendemos nossos agradecimentos ao USAID e o Serviço Florestal do Departamento de Agricultura do Governo de Estados Unidos, à Comissão da União Europeia e à Universidade Castilla-La Mancha (Espanha) que apoiaram a elaboração desta versão da bibliografia de concessões.



Bibliografia de concessões Referências em PORTUGUES

Versão julho 2020 – Juarez Michelotti, Jim R. Barborak e Javier Sagra

ANOTAÇÕES DAS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Abaixo apresentamos as 5 principais referências sobre parcerias e concessões para gestão de atividades turísticas e recreativas em áreas protegidas com anotações (suscintos descritivos de seus conteúdos), as URLs onde os arquivos podem ser encontrados, assim como uma opção de acesso direto aos arquivos em formato PDF. As referências estão organizadas em três categorias: trabalhos científicos (5), websites (5), e relatórios e livros (5).

Trabalhos científicos

Da Silva, Renata Botelho Machado. “Desafios e oportunidades nas concessões turísticas em parques brasileiros: análise histórica e propostas para o aprimoramento do modelo.” Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (IPE), 2019. <https://escas.org.br/images/produtos-finais/turma-nazare/DESAFIOS-E-OPORTUNIDADES-NAS-CONCESSOES-TURISTICAS-EM-PARQUES-BRASILEIROS-ANLISE-HISTRICA-E-PROPOSTAS-PARA-O-APRIMORAMENTO-DO-MODELO.pdf>.

Arquivo [PDF](#)

Esta dissertação de mestrado faz uma reflexão usando levantamento bibliográfico e entrevistas sobre as experiências nacionais de contratos de concessão turística em parques, identificando aspectos positivos e negativos desse modelo e os principais desafios relacionados a sua implementação. Foram enviados questionários à gestores de parques (poder público), empresários (iniciativa privada) e organizações do terceiro setor atuantes no tema, pretendendo absorver a expertise de cada área, suas percepções sobre o sistema atual e como o mesmo pode melhorar. Os entrevistados se mostraram favoráveis a criação de diferentes modelos de parceria entre as esferas pública e privada. Foram definidos os critérios de boas práticas a serem realizados em contratos de concessão. As maiores fraquezas dos documentos estudados foram referentes as responsabilidades sociais e o maior número de boas práticas encontradas foram nas responsabilidades legais. Destaca-se a importância de contratos constituídos levando em consideração cada localidade, assim como de se estabelecer processos participativos e transparentes para garantir que as comunidades locais, pequenos e médios empresários de regiões no entorno das áreas concedidas tenham chance de fazer parte do processo. Grande preocupação foi identificada quanto à necessidade de ampliar capacitação de gestores públicos quanto à gestão destes contratos.

Rodrigues, Camila Gonçalves de Oliveira, and Fernando Luiz Abrucio. “Os valores públicos e os desafios da responsabilização nas parcerias para o turismo em áreas protegidas: um ensaio teórico.” *Turismo - Visão e Ação* 22, no. 1 (January 7, 2020): 67–86.

<https://www.scielo.br/pdf/tva/v22n1/1983-7151-tva-22-01-00067.pdf>.

Arquivo [PDF](#)

Este artigo faz uma revisão bibliográfica que objetiva gerar um ensaio teórico fazendo uma ponte entre os campos do Turismo e da Administração Pública. Nele são ressaltados conceitos de valores públicos e responsabilização problematizando a dicotomia existente nas parcerias público-privada. Parcerias existentes em outras áreas da administração pública reforçam as demandas de desempenho e democratização (transparência/prestação de contas), apesar de ressaltar que em cada política pública a combinação entre as esferas pública e privada será diferente, pois diferentes categorias interagem em contextos diversos. Todavia, são comuns as necessidades de regulação, monitoramento e gestão dos contratos de parceria e concessões. Exemplos de parques australianos são apresentados.

Rodrigues, Camila Gonçalves de Oliveira, and Fernando Luiz Abrucio. “Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança.” *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo* 13, no. 3 (August 24, 2019): 105–20. <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1575/1324>.

Arquivo [PDF](#)

Este artigo dá continuidade à discussão sobre valores públicos e analisa o planejamento, a implementação e o monitoramento das parcerias entre as esferas pública e privada em parques nacionais e estaduais (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Faz uma reflexão pautada em revisão de conceitos e entrevistas com 16 gestores de órgãos federal e estaduais, identificando aspectos analíticos melhor compreender esse modelo de gestão. Conclui que o sucesso nestas parcerias depende de características da governança, em especial de três elementos principais: a transparência (reguladores e controle de desempenho pela sociedade); comunicação eficaz (estímulo da confiança entre setores envolvidos); e a participação social (fortalece a responsabilização e aumenta a legitimidade do processo). Todavia, a análise empírica indicou uma maior preocupação com a eficiência do que com a transparência e a participação social.

Rodrigues, Gustavo. “A concessão de serviços como ferramenta para a implementação dos parques nacionais brasileiros.” IDP - Instituto de Direito Público do DF, 2019.

http://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/4592/mod_data/content/19545/Gustavo%20Rodrigues%200-%20TCC%20especializa%C3%A7%C3%A3o%20Resumo%20congresso%20%20-%202007.pdf.

Arquivo [PDF](#)

Este artigo traz uma reflexão sobre a lacuna jurídica que existia em 2016 na legislação brasileira para a efetivação dos processos de concessão em parques nacionais brasileiros através de revisão bibliográfica, documental e histórica. Traz o histórico dos processos de

concessão alterados em 2017 e 2018 indicando as dificuldades e aprendizados da adequação legislativa para a melhoria dos procedimentos de regulamentação deles. O mesmo conclui que os esforços de colaboração entre órgãos governamentais alteraram o cenário inicial, garantindo maior segurança jurídica aos processos, gerando uma curva de aprendizado institucional, todavia ressalta a importância da participação da sociedade, entendendo e se apropriando da condição de responsável solidária pela gestão das áreas protegidas - cobrando dos governantes e participando dos debates sobre a implementação do uso público e viabilidade de gestão por meio de diferentes parceiros, públicos ou privados.

Young, Carlos Eduardo, and Marcio Alvarenga Junior. “Conservação ambiental, concessões privadas e dinamismo econômico: estudo de caso do Parque Nacional do Iguacu.” In *Economia Ecológica e Institucionalidade Ambiental Em Tempos de Crise*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

https://www.researchgate.net/profile/Carlos_Eduardo_Young/publication/320864797_Conservacao_ambiental_concessoes_privadas_e_dinamismo_economico_estudo_de_caso_do_Parque_Nacional_do_Iguacu/links/59ff5892458515d0706d4390/Conservacao-ambiental-concessoes-privadas-e-dinamismo-economico-estudo-de-caso-do-Parque-Nacional-do-Iguacu.pdf.

Arquivo [PDF](#)

Este artigo argumenta que UCs podem apresentar importante papel dinamizador da economia, tanto local quanto nacional. Os autores estimaram o impacto econômico da visitação do PARNA do Iguacu (PNI) tomando como referência as atividades da empresa concessionária Cataratas do Iguacu S/A, o impacto de geração de emprego e renda e a arrecadação tributária derivada dessas atividades. Apresentam valores referentes a produção das atividades, volume total de tributos arrecadados nas esferas nacional, estadual e municipal, além de repasses da concessionária ao ICMBio no ano de 2015. Os autores concluem que atividade tipicamente associada à Economia Verde é bastante significativa para a geração de renda e emprego, especialmente para economia local. Todavia, isso não elimina a necessidade de reverter a tendência de contingenciamento de gastos públicos para a gestão ambiental uma vez que o retorno de arrecadação tributária da visitação em UCs é considerável.

Websites

ICMBio. “Acervo de Portarias ICMBio 2019.” Accessed May 27, 2020.

<https://www.icmbio.gov.br/portal/atendimentoaocidadao-2/23-legislacao/portarias/10166-portaria-2019>.

Arquivo [PDF](#)

Website oficial do ICMBio que traz acervo de portarias do instituto para o ano de 2019. Destacam-se neste ano as portarias referentes à normas e procedimentos administrativos para autorização de serviços em unidades de conservação federais como comercialização de alimentos, transporte terrestre a aquaviário, e condução de visitantes. A navegação neste site, para além do ano de 2019, fornece informações oficiais atualizadas sobre as ações referentes à

gestão das unidades de conservação federais. Serve também de referência para desenvolvimento de normas, procedimentos e estratégias regionais, estaduais, municipais e mesmo privadas.

ICMBio. “Biblioteca Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ICMBio.” Accessed May 19, 2020. <http://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?id=2163>.

Arquivo [PDF](#)

Website oficial do ICMBio que congrega acervo de publicações de servidores do instituto e outros documentos de referência dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O AVA tem como objetivo promover a construção e disseminação do conhecimento sobre a Conservação da Biodiversidade de forma gratuita a todos os interessados. O site possui uma ferramenta de busca no acervo com possibilidade de visualização e download dos trabalhos. Por congregarem trabalhos de diversos analistas ambientais, os trabalhos trazem em si além do olhar acadêmico, a vivência prática de agentes públicos diretamente envolvidos na gestão das unidades de conservação brasileiras.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. “Biblioteca de Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPP).” PAPP, 2020. <http://www.papp.org.br/biblioteca/>.

Arquivo [PDF](#)

Website do acervo de publicações e referências do Projeto “Parcerias Ambientais Público-Privadas – PAPP”. Este projeto conta com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) como instituição gestora, em parceria com o ICMBio, e com a cooperação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Caixa Econômica Federal. A iniciativa vem motivando o estudo e a consolidação de diferentes arranjos de parceria para apoiar a gestão de áreas protegidas no Brasil. Relatórios específicos com estudos de caso e viabilidade, além de documentos de referência compõem talvez uma das bibliotecas temáticas mais específicas sobre o tema das concessões em áreas protegidas no Brasil.

Instituto Semeia. “Nossas Publicações,” 2020. <http://www.semeia.org.br/publicacoes.php>.

Arquivo [PDF](#)

Website do acervo de publicações do Instituto Semeia que traz relatórios de pesquisas, livros e estudos de casos com o objetivo de compartilhar de forma gratuita o acesso ao conhecimento sobre a gestão de áreas protegidas, possibilidades de parcerias e as percepções de diferentes atores. As publicações foram desenvolvidas com diversos parceiros que figuram desde escritórios das Nações Unidas, membros da academia, institutos e empresas de pesquisas. Com estas publicações, assim como a organização de eventos e ampliação do conhecimento o instituto visa fomentar parcerias para a união de esforços entre o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil. Trabalham com os governos federal, estadual ou municipal no apoio ao desenvolvimento de projetos que visam desenvolver modelos de gestão dos parques naturais e urbanos, de maneira que a sociedade tenha como resultado espaços mais bem preparados para

o público. O acervo constitui uma das referências mais específicas da temática das concessões de áreas protegidas.

Instituto Terra Brasilis. “Ecoteca Digital,” 2020.

<http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/index.php/busca-no-acervo1>.

Arquivo [PDF](#)

Website da Ecoteca Digital – uma biblioteca virtual - elaborada pelo Instituto Terra Brasilis para congrega literatura especializada na temática ambiental, disponibilizando de forma aberta, com livre acesso, publicações digitais de diversas editoras, autores e instituições que disponibilizaram gratuitamente suas obras. O acervo possui publicações de conteúdos diversos, dentro da temática ambiental mundial, como educação, gestão, mapas, manejo e conservação ambiental, legislação, turismo, recursos hídricos, mudanças climáticas, jogos interativos, entre vários outros. As publicações são liberadas para consultas e download, de forma gratuita e sem necessidade de cadastro. A plataforma foi criada para servir de referência para profissionais da área ambiental, principalmente aqueles atuantes na gestão de áreas protegidas.

Relatórios e Livros

Geluda, Leonardo, and Manoel Serrão. “O futuro do ambiente financeiro das áreas protegidas.”

FUNBIO, 2014. <http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2014/11/tend%C3%AAsAncias1.pdf>.

Arquivo [PDF](#)

Este relatório faz projeção de cenários para o financiamento das áreas protegidas, a partir da investigação do ambiente de financiamento do SNUC e de seus vetores de transformação. Identifica os desafios atuais e onde estão as oportunidades para um futuro mais promissor, além de vislumbrar a atuação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio. Os autores ressaltam que os problemas financeiros das UCs têm relação com obstáculos como: a rigidez burocrática, o desaparecimento dos órgãos ambientais, os modelos de gestão ineficientes e o desequilíbrio de valores percebidos pela sociedade. Para sanar tais problemas afirmam que as formas tradicionais de financiamento (orçamento público e filantropia) não se mostram suficientes para uma mudança de cenário. Fazem amplas análises econômicas que variam de tendências de mercado a necessidades de ampliação da correlação mudanças climáticas e biodiversidade. Indicam que a visitação e o uso público em UCs como uma das possibilidades de ampliação de recursos para financiamento da conservação da natureza, assim como as compensações ambientais, multas, mercado de carbono, entre outras. Ressaltam a importância da busca por inovação no financiamento das áreas protegidas e indicam o papel de estimulador de diálogos que cabe ao Funbio.

Instituto Semeia. “Guia prático de parcerias em parques.” São Paulo, 2019.

http://semeia.org.br/arquivos/2019_Guia_pratico_de_Parcerias_em_Parques.pdf.

Arquivo [PDF](#)

Esta publicação objetiva ser um Guia prático para apoiar gestores públicos no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada para reformar, manter e administrar parques públicos. A publicação conjuga princípios básicos de projetos e parcerias público-privadas, com sugestões de elementos básicos para elaboração de minutas de documentos e passo-a-passo de etapas. O instituto busca com a publicação contextualizar a estruturação e condução de processos licitatórios ou de seleção para o estabelecimento de parcerias em parques estimulando o ganho de produtividade, a redução de custos e dos prazos de implementação das parcerias e o consequente aumento da taxa de sucesso dos projetos lançados pelo Poder Público.

Instituto de Pesquisas Ecológica - IPE. “Diálogos da conservação: boas práticas na gestão de unidades de conservação.” Série Técnica. Nazaré Paulista, 2019. <https://www.escas.org.br/serietecnica-ipe1>.

Arquivo [PDF](#)

Publicação que congrega e sumariza resultados dos Seminários de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação Federais. O projeto teve em 2012 conduzido pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas, ICMBio e outros parceiros e os seminários propriamente ditos foram realizados nos anos de 2014, 2016 e 2017. A publicação objetiva compartilhar aprendizados acumulados e detalhes de como esse processo foi construído. Apresenta os principais desafios de gestão e as ações desenvolvidas pelos gestores para solucioná-los, buscando compreender o que faz uma experiência ser considerada uma boa prática de gestão, além de ressaltar os principais atores nos processos de inovação na gestão, no desenvolvimento de parcerias e envolvimento de comunidades.

Spenceley, Anna, Susan Snyman, and Paul Eagles. “Diretrizes para parcerias e concessões para o turismo em áreas protegidas.” CDB/UICN, 2017. <https://www.cbd.int/tourism/doc/tourism-partnerships-protected-areas-portugues-web.pdf>.

Arquivo [PDF](#)

Este relatório congrega a experiência de autores especialistas em turismo em áreas protegidas de forma abrangente e didática, com análises e estudos de casos reais, auxiliando no esclarecimento do papel das parcerias em parques. Uma visão detalhada dos processos de concessões de turismo é apresentada, desde a definição de conceitos e ferramentas, até as minúcias da gestão de contratos. O documento apresenta diretrizes que visam auxiliar agências e autoridades responsáveis pela gestão de áreas protegidas no desenvolvimento e uso de parcerias e concessões para o turismo entendendo seus prós e contras, desafios e opções, a fim de contribuir financeira e tecnicamente para as áreas protegidas através do turismo sustentável. Traz ainda, referências de outras fontes de informação para a diversas etapas dos processos de concessão.

Young, Carlos Eduardo Frickmann, and Rodrigo Medeiros. Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. http://semeia.org.br/arquivos/quanto_vale_o_verde_com_capa.pdf.

Arquivo [PDF](#)

Este livro congrega estudos que demonstram maneira sistemática e objetiva a relevância das Unidades de Conservação na economia do Brasil, permitindo que a sociedade e as autoridades públicas entendem as mesmas como instrumentos de desenvolvimento socioeconômico, para além de conservar a biodiversidade. O estudo explicita como as ações de manejo podem influenciar a composição dos benefícios gerados à economia (carbono, recursos hídricos, uso público e extrativismo). Os benefícios calculados neste estudo são subestimativas, pois não são referentes aos benefícios da conservação da diversidade biológica per se, mas sim sobre a contribuição e o impacto econômico que as unidades de conservação podem ter para a economia nacional em cinco grandes temas: extrativismo e pesca; turismo e uso público, recursos hídricos e solos, carbono e ICMS Ecológico. Os diferentes capítulos apresentam retornos de dimensões econômicas bastante superiores à alocação orçamentária atual. Os estudos concluem que investir em UCs apresenta uma elevada relação benefício-custo, desta forma investir na melhoria e ampliação das UCs é uma forma de obter retornos sociais bastante superiores aos valores alocados.

LISTA DE REFERÊNCIAS ADICIONAIS

Na listagem abaixo apresentamos referências adicionais com as URLs onde os arquivos podem ser encontrados, assim como uma opção de acesso direto aos arquivos em formato PDF. As referências estão organizadas em cinco categorias: trabalhos científicos, notícias, websites, relatórios e livros, e documentos.

Trabalhos científicos

Biesek, Ana Solange, and Poliana Fabíula Cardozo. “Interpretação do patrimônio ambiental: o caso do Parque Nacional do Iguaçu (Foz do Iguaçu, PR).” *CULTUR-Revista de Cultura e Turismo* 6, no. 4 (2015): 113–123. <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/300>.

Arquivo [PDF](#)

Botelho, Eloise Silveira, and Gláucio Glei Maciel. “A reprodução capitalista do espaço por meio da concessão de serviços e as implicações no lazer dos visitantes no Parque Nacional da Tijuca – RJ.” *Caderno Virtual de Turismo, Dossiê temático Turismo, Natureza e Cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas*, 18, no. 3 (2018): 25–41.

<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/1554/585>.

Arquivo [PDF](#)

Gorini, Ana Paula Fontenelle, Eduardo da Fonseca Mendes, and Daniel Mostacada Pinho Carvalho. “Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas: o caso do Parque

Nacional do Iguaçu.” Rio de Janeiro: BNDES Setorial, September 2006.
https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2487/1/BS%2024%20Concess%C3%A3o%20de%20Servi%C3%A7os%20e%20Atrativos%20Tur%C3%ADsticos%20em%20C3%81reas%20Naturais%20Protegidas_P.pdf.

Arquivo [PDF](#)

Grotti, Dinorá Adelaide Musetti. “A experiência brasileira nas concessões de serviço público.” Interesse Público 9, no. 42 (2007): 48. http://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/A-experiencia-brasileira-concessoes-servico-publico-artigo_0.pdf.

Arquivo [PDF](#)

Instituto Semeia. “O uso público e as parcerias entre os setores público e privado nas unidades de conservação.” In IV Encontro Diálogos Sustentáveis: Financiamento Para a Conservação, 2017. <https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Uso-P%C3%ABblico-e-as-Parcerias-entre-os-Setores-P%C3%ABblico-e-Privado-nas-Unidades-de-Conserva%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

Arquivo [PDF](#)

Melo, Mariana Reis, and Marco Aurélio Barcelos. “Concessão em parques nacionais federais - houve alteração após a publicação da Lei nº13.668 de 28 de maio de 2018 para a concessão de um parque nacional?” Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP, 2019. http://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/4592/mod_data/content/17795/Mariana%20Reis%20Melo%20-%20Especializa%C3%A7%C3%A3o%20Concess%C3%B5es%20e%20Parcerias%20com%20a%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica-Ano%202018.pdf.

Arquivo [PDF](#)

Ntela, Papucides Bosco Tiago, and Luiz Carlos Beduschi Filho. “Ecoturismo em áreas protegidas em Moçambique: estudo de caso da reserva especial de Maputo no Distrito de Matutuine, Província de Maputo,” 2013. <https://repositorio.usp.br/item/002708532>.

Arquivo [PDF](#)

Oliveira, André Gustavo Campos de. “Unidades de conservação: desafios e alternativas de gestão econômica dos parques nacionais.” Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente, Universidade de Brasília, 2017. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31030/1/2017_Andr%C3%A9GustavoCamposdeOliveira.pdf.

Arquivo [PDF](#)

Ribeiro, Sílvia Cristina Ignácio. “Concessões de serviços turísticos em áreas protegidas: uma análise da Cachoeira de Morangaba, Jundiá/SP.” Mestrado em Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, 2015. https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6786/RIBEIRO_Silvia_2014.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Arquivo [PDF](#)

Rodrigues, Camila Gonçalves de Oliveira, and Larissa Ribeiro da Cruz Godoy. “Atuação pública e privada na gestão de unidades de conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais.” *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 28, no. 0 (December 27, 2013). <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/31280/21658>.
Arquivo [PDF](#)

Rodrigues, Camila Gonçalves de Oliveira. “O uso público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade.” Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2009.
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3826/1/2009_CamilaGoncalvesdeOliveiraRodrigues.pdf.
Arquivo [PDF](#)

Thommen, Valéria da Cunha. “A adoção da parceria público-privada na gestão ambiental das unidades de conservação do Brasil.” Especialização em Direito Administrativo e em Administração Pública, Universidade Federal de Mato Grosso, 2017.
http://bdm.ufmt.br/bitstream/1/1541/1/TCCP_2017_Val%20a9ria%20da%20Cunha%20Thommen.pdf.
Arquivo [PDF](#)

Torres, André Port. “O papel da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais na parceria público-privada das grutas Peter Lund: uma análise sob a ótica da intersetorialidade.” Fundação João Pinheiro, 2015.
<http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2107/1/O%20papel%20da%20Secretaria%20de%20Estado%20de%20Turismo%20de%20Minas%20Gerais%20na%20parceria%20p%20bablico-privada%20das%20grutas%20Peter%20Lund>.
Arquivo [PDF](#)

Trevisan, Fernanda Lodi. “O patrimônio mundial natural e a produção de destinos turísticos no Brasil: Parque Nacional do Iguaçu (PR).” Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2018.
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/331866/1/Trevisan_FernandaLodi_D.pdf.
Arquivo [PDF](#)

Notícias

Governo do Estado de São Paulo. “Sancionada lei que autoriza concessões em áreas protegidas.” Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (blog), 2016.
<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/2016/06/sancionada-lei-que-autoriza-concessoes-em-areas-protegidas/>.
Arquivo [PDF](#)

Ilha, André. “Reflexões sobre as concessões em parques.” ((o)) eco, 2014.
<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/28673-reflexoes-sobre-as-concessoes-em-parques/>.
Arquivo [PDF](#)

Instituto Estadual de Florestas - IEF/MG. “Ajustes finais para início da concessão de parques são debatidos pelo governo,” 2019. <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/2904-ajustes-finais-para-inicio-da-concessao-de-parques-em-minas-sao-debatidos-pelo-governo>.

Arquivo [PDF](#)

Manfrini, Sandra. “Bolsonaro libera privatização de Iguaçu, Jericoacoara e Lençóis Maranhenses.” Estadão, December 13, 2019, sec. Sustentabilidade. <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-libera-privatizacao-de-iguacu-gericoacoara-e-lencois-maranhenses,70003111995>.

Arquivo [PDF](#)

Olmos, Fabio, and Miguel Milano. “Unidades de conservação e o setor privado: ideias para o próximo governo.” ((o)) eco, 2014. <https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/28544-unidades-de-conservacao-e-o-setor-privado-ideias-para-o-proximo-governo/>.

Arquivo [PDF](#)

Piceli, Garon. “Ilha do Sol vence o edital do passeio do Macuco Safári em Foz do Iguaçu.” Clickfoz (blog), June 30, 2010. <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/ilha-do-sol-vence-o-edital-do-passeio-do-macuco/>.

Arquivo [PDF](#)

Programa de Parceria Público-Privada do Estado de Minas Gerais. “Publicação do edital e anexos PPP Rota Lund.” 2014. <http://www.ppp.mg.gov.br/component/gmg/page/866-publicacao-do-edital-e-anexos-ppp-rota-lund>.

Arquivo [PDF](#)

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais - SEINFRA. “Governo lança programa de concessão de parques estaduais 2019-2022.” Infraestrutura MG, 2019. <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/ajuda/story/2468-governo-lanca-programa-de-concessao-de-parques-estaduais-2019-2022>.

Arquivo [PDF](#)

Wright, Elisson. “Alavancar as PPP Em Moçambique para aumentar à conservação e promover o desenvolvimento económico.” World Bank Blogs, 2018. <https://blogs.worldbank.org/ppps/alavancar-ppp-em-mo-ambique-para-aumentar-conserva-o-e-promover-o-desenvolvimento-econ-mico>.

Arquivo [PDF](#)

Websites

DesAbraçando Árvores. “Podcast - Boas práticas na gestão de unidades de conservação.” Accessed May 25, 2020. <https://www.desabrace.com.br/especial-001-dialogos-da-conservacao-boas-praticas-na-gestao-de-unidades-de-conservacao/>.

Arquivo [PDF](#)

ICMBio. “Concessão de serviços de apoio à visitação,” 2020.
<https://www.icmbio.gov.br/portal/concessao-de-servicos>.
Arquivo [PDF](#)

Parque Ibirapuera Conservação. “Parque Ibirapuera - legislação vigente, regras e regulamento.”
Parque Ibirapuera Conservação. Accessed May 25, 2020. <https://parqueibirapuera.org/parque-ibirapuera/regulamento-do-parque-ibirapuera/>.
Arquivo [PDF](#)

Prefeitura da Cidade de São Paulo. “Comunicado de consulta pública - Plano Diretor Parque Ibirapuera.” Prefeitura da Cidade de São Paulo. Accessed May 25, 2020.
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/projetos/desestatizacao/parques/index.php?p=276527>.
Arquivo [PDF](#)

Relatórios e Livros

Instituto Semeia. “Modelos de Parcerias Público-Privadas para a gestão de parques: três estudos de caso da África,” July 2019. http://www.semeia.org.br/admuploads/uploads/2019_modelos-de-ppp-tres-estudos-de-caso-africa-web.pdf.
Arquivo [PDF](#)

Instituto Semeia. “Modelos de gestão aplicáveis às unidades de conservação do Brasil.” Diagnóstico Brasil. São Paulo, 2015.
http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/Julho_Agosto/Jul.15.49.pdf.
Arquivo [PDF](#)

Instituto Semeia. “Unidades de conservação no Brasil: a contribuição do uso público para o desenvolvimento socioeconômico.” Diagnóstico Brasil. São Paulo, 2014.
http://www.semeia.org.br/admuploads/uploads/download.php?doc=UC_no_BR_A_contribuicao_do_uso_publico.pdf&tp=10&id=58.
Arquivo [PDF](#)

Leung, Yu-Fai, Anna Spenceley, Glen Hvenegaard, Ralf Buckley, and Craig Groves, eds. Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas: diretrizes para sustentabilidade. IUCN, International Union for Conservation of Nature, 2019. <https://portals.iucn.org/library/node/48538>.

Martins, Jerônimo Carvalho. “Avaliação do processo de autorização de veículos de transporte turístico e de passageiros no Parque Nacional de Jericoacoara.” ICMBio, 2018.
http://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/4592/mod_data/content/17925/TAF%20Jeronimo%20Carvalho%20Martins.pdf.
Arquivo [PDF](#)

Pérez, Ignacio Jiménez. Produção de natureza: parques, rewilding e desenvolvimento local. Curitiba: SPVS, 2019. <http://www.spvs.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Producao-de-Natureza.pdf>.
Arquivo [PDF](#)

Documentos

- ICMBio. “Cartilha - Concessões ICMBio 2016_2018.” 2016.
https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/voluntariado/dcom_cartilha_concessoes_2016_ICMBio.pdf.
Arquivo [PDF](#)
- ICMBio. “Parques do Brasil: visitar é proteger! - Estratégias de implementação da visitação em unidades de conservação federais: prioridades de execução 2018-2020,” 2018.
https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/parques_do_brasil_estrategia_implementacao_visitacao_2018_2020_ICMBio.pdf.
Arquivo [PDF](#)
- ICMBio. “Portaria Nº 769, de 10 de Dezembro de 2019 - Condução de visitantes em UCs federais,” 2019. https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/portaria_769_10dez2019.pdf.
Arquivo [PDF](#)
- ICMBio. “Portaria Nº 770, de 10 de Dezembro de 2019 - Transporte aquaviário de passageiros para fins turísticos em UCs,” 2019.
https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/portaria_770_10dez2019.pdf.
Arquivo [PDF](#)
- ICMBio. “Portaria Nº 771, de 10 de Dezembro de 2019 - Comercialização de alimentos em UCs federais,” 2019.
https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/portaria_771_10dez2019.pdf.
Arquivo [PDF](#)
- ICMBio. “Portaria Nº 772, de 10 de Dezembro de 2019 - Locação de equipamentos para fins turísticos em UCs federais,” 2019.
https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/portaria_772_10dez2019.pdf.
Arquivo [PDF](#)
- ICMBio. “Portaria Nº 774, de 10 de Dezembro de 2019 - Transporte Terrestre de passageiros para fins turísticos em UCs federais,” 2019.
https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/portaria_774_10dez2019.pdf.
Arquivo [PDF](#)
- Prefeitura da Cidade de São Paulo. “Plano Diretor Parque Ibirapuera - Consulta Pública,” 2019.
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Plano%20Diretor%20Parque%20Ibirapuera.pdf.
Arquivo [PDF](#)
- República de Moçambique. “Convite para apresentação de manifestação de interesse para operação de instalações turísticas na Reserva Especial de Maputo, Moçambique.” Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, 2019. <http://www.anac.gov.mz/wp-content/uploads/2019/04/Convite-para-apresenta%C3%A7%C3%A3o-de-manifesta%C3%A7%C3%A3o-de-interesse.pdf>.
Arquivo [PDF](#)



Bibliografia de concessões Referências em INGLÊS

Versão julho 2020 – Juarez Michelotti, Jim R. Barborak e Javier Sagra

ANOTAÇÕES DAS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Abaixo apresentamos as 25 principais referências sobre parcerias e concessões para gestão de atividades turísticas e recreativas em áreas protegidas com anotações (suscintos descritivos de seus conteúdos), as URLs onde os arquivos podem ser encontrados, assim como uma opção de acesso direto aos arquivos em formato PDF. As referências estão organizadas em três categorias: trabalhos científicos (8), websites (8), e relatórios e livros (9).

Trabalhos científicos

Brenes, Esteban. “Sustainable Finance of Protected Areas: Tourism Based User Fees Conservation Finance Guide, Conservation Finance Alliance.” SSRN Electronic Journal, July 30, 2004. https://www.researchgate.net/profile/Esteban_Brenes2/publication/256013408_Sustainable_Finance_of_Protected_Areas_Tourism_Based_User_Fees_Conservation_Finance_Guide_Conservation_Finance_Alliance/links/5a7228deaca2720bc0d9e12c/Sustainable-Finance-of-Protected-Areas-Tourism-Based-User-Fees-Conservation-Finance-Guide-Conservation-Finance-Alliance.pdf.
[PDF file](#)

Este artigo é parte do Guia de Financiamento da Conservação e apresenta os conceitos, estratégias e ferramental de “Financiamento sustentável para áreas protegidas: turismo baseado em taxas de usuários”. O autor apresenta as diversas possibilidades de entrada de recursos que uma área protegida pode gerar quando da gestão de atividades de turismo, tais como taxas de entradas, de concessões, licenças e permissões, entre outras. Os principais atores nestes processos são identificados, assim como as oportunidades e dificuldades da implantação destas estratégias. Há uma sugestão de passo-a-passo para o uso da metodologia, além de apresentar capítulos específicos sobre a viabilidade destas estratégias. Diversos estudos de casos e referências buscam trazer mais opções para aprofundamento no tema.

Dinica, Valentina. “The Environmental Sustainability of Protected Area Tourism: Towards a Concession-Related Theory of Regulation.” Journal of Sustainable Tourism 26, no. 1 (January 2, 2018): 146–64. <https://www.tandfonline.com/ezproxy2.library.colostate.edu/doi/pdf/10.1080/09669582.2017.1322599?needAccess=true>.
[PDF file](#)

Este artigo trata da crescente demanda por atividades de turismo em áreas protegidas (AP), o que gera preocupações com a sustentabilidade ambiental destas áreas. Inúmeros projetos definiram diretrizes de turismo e há exemplos de melhores práticas sobre regulamentação e gestão da AP, mas esses esforços ainda são insuficientes para atender de maneira confiável e holística a necessidade de mediar a relação entre desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental em APs. Este artigo faz uma análise teórica, para mapear a compatibilidade e a interação entre várias abordagens regulatórias e suas consequências para o turismo sustentável em AP. A autora almeja desenvolver uma teoria de regulação relacionada à concessão. O foco nas concessões foi escolhido porque estas são aspectos pouco pesquisados do turismo em AP. Quatro aspectos regulatórios são selecionados e conceituados neste documento: as abordagens ao planejamento da AP, os tipos de monitoramento empreendidos, os métodos de alocação de concessão e o desenho de requisitos ambientais nos contratos de concessão. Metodologicamente, é utilizada a teoria fundamentada, com coleta de dados baseada em fontes secundárias. O artigo desenvolve dois conjuntos de narrativas sobre a perspectiva de sustentabilidade ambiental em AP, com exemplos específicos de concessões. A autora indica a necessidade de mais pesquisas nesta área e sugere a criação de um grupo de pesquisa internacional.

Dinica, Valentina. "Tourism Concessions in National Parks: Neo-Liberal Tools for a Conservation Economy in New Zealand," 2014.

https://www.besteducationnetwork.org/?module=file&act=procFileDownload&file_srl=11888&sid=521a7a34340e71afa68dd1c6a2232837&module_srl=879.

[PDF file](#)

Este artigo apresenta o cenário dos parques nacionais da Nova Zelândia e como a relação entre departamentos de conservação e de turismo tem atuado de forma conjunta para (des)estruturar regulamentações e atender a demanda de turismo em áreas protegidas no país. As concessões de atividades turísticas têm sido consideradas uma alternativa para ampliar os recursos financeiros das áreas protegidas, mas o pouco regramento delas, motiva por uma ideia de "construção de uma economia verde" que tem levantado grandes preocupações com a pouca atenção às demandas ambientais. As tendências de aumento da visitação e recreação em áreas naturais são motivadas pela mudança estratégica onde busca-se mudar a perspectiva de "permitir o uso das áreas protegidas", para "ativar o uso das áreas protegidas". As mudanças governamentais ocorridas após 2009 trouxeram uma visão neoliberal que considera fundamental o desenvolvimento de uma agenda de negócios para o uso dos diversos parques nacionais. Em 2013 as mudanças de legislação e o incentivo às concessões mostravam a fragilidade dos critérios exigidos entre o departamento de conservação e os concessionários onde poucas atividades de manejo (como controle de pragas, restauração florestal e resgate de fauna) e manutenção de infraestruturas eram consideradas, sem considerar o uso de técnicas e alternativas ambientalmente amigáveis no desenvolvimento de seus negócios. O governo que pouco impõe critérios de gestão ambiental, junto à atitude dos concessionários que entendem que sua atuação dentro das áreas protegidas é um direito geram grande preocupação com o rumo das concessões no país. A autora afirma que concessionários devem entender que sua atuação nos parques nacionais é um privilégio, o quem traz em si uma carga maior de responsabilidade com o patrimônio ambiental e compromissos sociais. O artigo conclui

evidenciando a mudança de perspectiva que privilegia mais os interesses de atender demandas, do que ofertar turismo e recreação de qualidade, apontando diversas fragilidades nas parcerias e finaliza com recomendações para o avanço das políticas públicas que colaborem positivamente para o turismo sustentável em áreas protegidas na Nova Zelândia.

González-Montagut, R. "Private-Public Collaboration in Funding Protected Areas in Mexico" 6. Durban, South Africa, 2003.
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.107.1715&rep=rep1&type=pdf>.
[PDF file](#)

Este artigo destaca como a colaboração os setores público e privado podem assegurar o financiamento de longo prazo para áreas protegidas. O autor apresenta lições aprendidas no desenvolvimento de parcerias público-privado no México e traz questionamento de como os recursos podem ser efetivamente aplicados nas áreas protegidas. Considerações são levantadas sobre a disposição para os setores trabalharem juntos como um espírito colaborativo de todas as instituições participantes, pautada em um intercâmbio de informações entre parceiros e participação de órgãos de aconselhamento que garantam arranjos institucionais com critérios bem definidos e que permitam sua continuidade. Conclui que as instituições que enfrentam os grandes desafios ambientais e a escassez de recursos para a gestão das áreas protegidas devem buscar sinergias para atender esta tarefa. As lições aprendidas em outros projetos podem ajudar, como projetos desenvolvido no México, onde foi aprendido que: é fundamental destinar tempo e recursos para o desenho das parcerias com claras definições de responsabilidades, ou seja, a concepção do projeto não deve ser menosprezada. A construção de parcerias começa com o reconhecimento de pontos fortes e fracos das instituições parceiras, assim como requer maturidade e vontade de colaborar. Isso implica deixar de lado as rivalidades e se concentrar no objetivo maior da conservação da natureza. Ideias devem ser discutidas abertamente para alcançar consenso. A transição de um sistema competitivo (comum na sociedade moderna) para um sistema de sinergias duradouras, precisa ser pautado em acordos escritos que transcendem as pessoas que desenvolvem a iniciativa. Estes processos exigem disciplina, respeito e cumprimento dos compromissos assumidos por meio das parcerias estabelecidas.

O'Halloran, Robert M. "Concessions in National Parks: Responsible Tourism." Hospitality Review 11 (January 1993): 11.
<https://digitalcommons.fiu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1209&context=hospitalityreview>.
[PDF file](#)

Neste bem estruturado artigo o autor examina a relação de parques nacionais com concessões usando conceitos de turismo responsável para conduzir suas análises. Apresenta experiências do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos e argumenta como as operações de concessão em áreas naturais são uma fonte de controvérsia ao trazer perspectivas que indicam que os objetivos do lucro e de conservação são vistos por muitos como incompatíveis. A mescla de contextos entre visitantes, parques e concessionários desenha uma base conceitual que reforça o papel fundamental dos relacionamentos entre os diferentes atores para incentivar e gerenciar o turismo promovendo o, muito almejado, desenvolvimento socioambiental com impactos em economias locais e regionais. O autor ressalta que a tarefa não é fácil, mas deve ser prioridade

máxima, carecendo de mais educação e treinamentos mútuos entre gerentes de áreas protegidas e operadores de concessão. É fundamental elencar em primeiro lugar as necessidades dos parques, onde o ambiente de negócios considere as necessidades ambientais ao mesmo tempo que garante a sustentabilidade financeira e gera impactos às comunidades locais.

Owen-Smith, Garth. “A Brief History of the Conservation and Origin of the Concession Areas in the Former Damaraland - Namibia.” Integrated Rural Development and Nature Conservation (IRDNC), November 2002. <https://www.namibweb.com/conservation-areas-damaraland.pdf>.
[PDF file](#)

Este artigo apresenta um resumo da história da conservação e origem das áreas de concessão na Namíbia – anteriormente conhecida como Damaraland. O início das concessões surgiu com concessões de caça conduzidas pelo então governo sul africano. As concessões turísticas foram estabelecidas posteriormente para apoiar a conservação da vida selvagem e gerar benefícios através de atividades turísticas. Uma sequência de datas, com o descritivo dos órgãos envolvidos e as relações destes com comunidades locais desenharam o cenário que foi sendo construído e reconstruído quando do processo de independência da Namíbia.

Rodrigues, Camila Gonçalves de Oliveira, and Fernando Luiz Abrucio. “Partnerships and Concessions for the Development of Tourism in Brazilian Parks: Possibilities and Limitations of a New Governance Model.” Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo 13, no. 3 (December 2019): 105–20. <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1575/1325>.
[PDF file](#)

Este artigo discute valores públicos e analisa o planejamento, a implementação e o monitoramento das parcerias entre as esferas pública e privada em parques nacionais e estaduais (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Os autores afirmam que a participação privada na prestação de serviços de apoio ao turismo em parques é estimulada por órgãos ambientais de diversos países como uma estratégia para aprimorar a implementação dessas áreas. Faz uma reflexão pautada em revisão de conceitos e entrevistas com 16 gestores de órgãos federal e estaduais, identificando aspectos analíticos melhor compreender esse modelo de gestão. Conclui que o sucesso nestas parcerias depende de características da governança, em especial de três elementos principais: a transparência (reguladores e controle de desempenho pela sociedade); comunicação eficaz (estímulo da confiança entre setores envolvidos); e a participação social (fortalece a responsabilização e aumenta a legitimidade do processo). Todavia, a análise empírica indicou uma maior preocupação com a eficiência do que com a transparência e a participação social.

Wyman, Miriam, James R. Barborak, Neel Inamdar, and Taylor Stein. “Best Practices for Tourism Concessions in Protected Areas: A Review of the Field.” Forests 2, no. 4 (December 2011): 913–28. <https://www.mdpi.com/1999-4907/2/4/913/pdf>.
[PDF file](#)

Apesar da importância global das áreas protegidas (APs) para a proteção da biodiversidade, redução da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável, em todo o mundo governos

lutam para financiar adequadamente as UCs e atender às metas de conservação. O turismo é visto como opção financeira viável para as APs, com parcerias de concessões de turismo para o setor privado ganhando cada vez mais impulso, o que permite que a gestão da preservação e conservação propriamente dita permaneçam nas mãos do estado. No entanto, sem planejamento adequado ou o uso de boas práticas, as concessões de turismo podem gerar problemas como resíduos, destruição de habitats, deslocamento da população local e da vida selvagem. Os autores analisaram contratos de concessão turismo e documentos governamentais de 22 países para fornecer uma visão geral de quais as boas práticas para concessões de turismo estão sendo estabelecidas e quais práticas necessitam ser melhoradas. As maiores deficiências encontradas referem-se à qualificação de concessão, responsabilidades legais e financeiras, enquanto os mais pontos fortes incluíam responsabilidades ambientais e de empoderamento / social. Os autores acreditam que esta avaliação inicial dos componentes dos contratos fornece uma base para o desenvolvimento das boas práticas e auxilia gerentes de áreas protegidas, comunidades locais e profissionais da conservação que trabalham com turismo nas UCs a garantir que o turismo tenha um impacto positivo na gestão de áreas protegidas.

Websites

City Parks Alliance. “Urban Park and Recreation Library.” Accessed May 19, 2020.

<https://cityparksalliance.org/resources/parkxchange-resource-library/>.

[PDF file](#)

Este website é a biblioteca digital da Aliança dos Parques Urbanos e objetiva compartilhar recursos para profissionais que atuam neste tipo de parques. Com uma ferramenta de busca incorporada em sua plataforma, a biblioteca digital possui documentos úteis sobre recursos para parques incluindo: termos de parceria intersetoriais, planos de ação, acordos para manutenção e operações de parques, gestão de áreas para cães, desenvolvimento e manutenção de infraestrutura verde, benefícios para a comunidade, programação e eventos artísticos / culturais, bem como como outros guias de recursos e ferramentas técnicas para apoiar as parcerias em parque urbanos.

Conservation Finance Alliance. “Conservation Finance Alliance,” February 28, 2020.

<https://www.conservationfinancealliance.org>.

[PDF file](#)

Site oficial da Aliança para o Financiamento da Conservação – CFA (na sigla em inglês) que é a principal associação profissional de especialistas e profissionais em finanças para a conservação. A missão da instituição é promover a conscientização, a experiência e a inovação no financiamento da conservação da natureza em todo o mundo. A CFA está construindo e apoiando uma comunidade de prática em torno de inovação em finanças de conservação, finanças em Áreas Protegidas, Fundos Ambientais (Conservation Trust Funds) e um conjunto cada vez mais diversificado de instrumentos e soluções que garantem financiamento para a conservação da natureza.

Inter-American Development Bank. “Publications,” 2020.

[https://publications.iadb.org/en/publications?f\[0\]=topic:4879](https://publications.iadb.org/en/publications?f[0]=topic:4879).

[PDF file](#)

Este website do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID é o repositório de publicações da instituição onde constam diversos relatórios de temas ligados a parcerias entre os setores público e privado na América Latina e no Caribe, abrangendo temas diversos como atividades aeroportuárias, mudanças climáticas, setor elétrico, gestão de parques urbanos, entre outros. A diversidade de temas referentes às estas parcerias traz referências significativas de como outros setores desenvolvem parcerias público-privadas, podendo servir como banco de ideias para ampliar e melhorar os processos de desenho, implantação e gestão de contratos ligados às atividades turísticas e recreativas em áreas protegidas.

New Zealand Government. “Managing Your Concession,” February 20, 2020.

<https://www.doc.govt.nz/get-involved/apply-for-permits/managing-your-concession/>.

[PDF file](#)

Os processos de desenho e implantação são fundamentais para o sucesso de qualquer tipo de parceria, todavia uma vez que os contratos estão assinados outras demandas surgem referentes aos processos de supervisão e gestão dos contratos. Esta etapa merece especial atenção e neste website do Departamento de Conservação da Nova Zelândia são congregadas normas e diretrizes sobre temas específicos como a lista de taxas aplicáveis à concessões em andamento, retornos de atividades, detalhamento do pagamento de ingressos, parâmetros para modificações, prazos e revisões, responsabilização e mais.

Panorama. “Panorama Explorer - Repository of Case Studies,” 2020.

https://panorama.solutions/en/explorer?keyword=concessions&solution_type=All&sort_by=search_api_relevance&sort_order=DESC.

[PDF file](#)

A plataforma PANORAMA - Soluções para um planeta saudável é uma iniciativa desenvolvida através de uma parceria entre agências de cooperação internacional e escritórios da ONU que objetiva documentar e promover exemplos de soluções inspiradoras e replicáveis em uma variedade de tópicos de conservação e desenvolvimento sustentável, permitindo intercâmbios intersetoriais. A plataforma permite que os profissionais compartilhem e reflitam sobre suas experiências, aumentem o reconhecimento pelo trabalho bem-sucedido e aprendam com seus colegas como desafios semelhantes foram enfrentados em todo o mundo. As experiências são organizadas em portais e os principais temas são de áreas protegidas, áreas marinhas e costeiras, adaptações baseadas em natureza, agricultura e biodiversidade e engajamento em negócios. Uma ferramenta de busca apresenta referências organizadas em comunidades temáticas, soluções e fornecedores. A plataforma é aberta e está em constante atualização gerando cada vez mais conteúdo e convidando iniciativas para compartilharem suas experiências.

U.S. National Park Service. “Concessions,” February 21, 2020.

<https://www.nps.gov/subjects/concessions/index.htm>.

[PDF file](#)

Website oficial do Serviço Nacional de Parques dos Estados Unidos que congrega informações, leis, políticas, regramentos e parâmetros para a implantação, gestão e revisão de concessões nas áreas geridas pela entidade. No website as empresas concessionárias podem encontrar um kit de ferramentas onde são listados critérios específicos a serem atendidos como gestão ambiental, taxas administrativas, gestão de risco, saúde pública, critérios de avaliação e mais. Relatórios anuais e listas de concessionários apresentam o contexto geral das concessões e servem de referências para desenvolvimento de processos similares de concessão em áreas protegidas.

U.S. Forest Service. “Regulations & Policies.” Accessed June 24, 2020.

<https://www.fs.usda.gov/about-agency/regulations-policies>.

[PDF file](#)

Este website do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos congrega regras e políticas do Serviço Florestal. A página é a porta de entrada para outros repositórios de dados e informações onde cabe destaque às “Directives”, onde podem ser encontrados manuais e guias que apresentam a política, prática e procedimentos da instituição.

U.S. General Services Administration. “Special Use Information Collection - U.S. Forest Service.”

Accessed June 24, 2020. https://www.reginfo.gov/public/do/PRAViewIC?ref_nbr=201204-0596-002&icID=37098.

[PDF file](#)

Este website do Escritório de Assuntos de Informação e Regulamentação dos Estados Unidos traz coletâneas de formulários que tratam da aprovação de usos especiais em áreas do Serviço Florestal. Formulários específicos sobre concessões, cálculos de taxas e repasses somam-se a um repertório amplo de formulários relativos ao Programa de Usos Especiais.

Relatórios e livros

Bladon, Annabelle. “Tourism Concessions in Protected Areas.” Conservation Finance Alliance / The Biodiversity Finance Initiative, January 2020.

https://static1.squarespace.com/static/57e1f17b37c58156a98f1ee4/t/5e6157b58a52c153d37a8b2e/1583437752959/CFA_Tourism+Concessions.pdf.

[PDF file](#)

Este relatório congrega referências de diferentes partes do mundo, dos mais respeitados especialistas na área de concessões e apresenta de forma detalhada, com definição de conceitos e etapas, o processo de concessões em áreas protegidas como um todo. Talvez este seja uma das, se não a referências mais atual e completa sobre estes processos. A autora reforça que, por mais pormenorizado que este relatório seja, cada processo é único e deve levar em conta os contextos

locais de cada área protegida, sua reação com as comunidades dentro ou em seu entorno, assim como as legislações que regem as possíveis parcerias em cada país. Além de destacar a importância das etapas de design e estudos de viabilidade, são evidenciadas 3 necessidades fundamentais para o sucesso deste tipo de parcerias: 1) fortalecimento da estrutura legal e política; 2) desenvolvimento de capacidade institucional e comunitária; e 3) desenvolvimento de modelos de negócios estratégicos e inclusivos.

Eagles, Paul, Stephen F. McCool, and Christopher D.A. Haynes. Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management. IUCN, 2002.

<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-008.pdf>.

[PDF file](#)

Este relatório traz definições e diretrizes que visam ajudar gestores de áreas protegidas e interessados no planejamento e gestão de áreas protegidas, recreação de visitantes e a indústria do turismo, para que o turismo possa se desenvolver de maneira sustentável, respeitando as condições e as comunidades locais. Os autores ressaltam a importância de se manejar recursos e visitantes hoje, para que os visitantes de amanhã possam experimentar locais de qualidade e os valores de conservação que estes locais representam. O documento traz aspectos e conceitos gerais das áreas protegidas e sua ligação com o turismo, além da definição de estratégias para lidar com questões de financiamento. O relatório destaca que a ligação entre áreas protegidas e turismo é tão antiga quanto a história das áreas protegidas, todavia seu relacionamento é complexo e às vezes até contraditório, mas o turismo é um componente crítico considerar no estabelecimento e gerenciamento de áreas protegidas. Políticas de operação, listas de definições e metodologias de gestão de visitantes são apresentadas como forma de compartilhar boas práticas e subsidiar o desenvolvimento de outros processo de estruturação do turismo em áreas protegidas.

Font, Xavier, Janet Cochrane, and Richard Tapper. "Tourism for Protected Area Financing: Understanding Tourism Revenues for Effective Management Plans." Leeds (UK): Leeds Metropolitan University, 2004.

[https://ceeto-](https://ceeto-network.eu/content/wwf_pay_per_nature_view_understanding_tourism_revenues_for_effective_management_plans_2004.pdf)

[network.eu/content/wwf_pay_per_nature_view_understanding_tourism_revenues_for_effective_management_plans_2004.pdf](https://ceeto-network.eu/content/wwf_pay_per_nature_view_understanding_tourism_revenues_for_effective_management_plans_2004.pdf).

[PDF file](#)

Este relatório busca responder duas perguntas: quais mecanismos as áreas protegidas podem usar para arrecadar fundos através do turismo? Até que ponto as áreas protegidas devem ser entendidas como fontes de recursos provenientes turismo? O relatório descreve os seis itens essenciais de sobrevivência para áreas protegidas e os utiliza como um contexto para análise do papel e potencial do turismo em áreas protegidas. As oportunidades de gerar receita direta ou indiretamente com o turismo são principalmente via alocação de receitas governamentais (de impostos gerais ou de impostos relacionados ao turismo); taxa cobrada de empresas baseadas fora das áreas protegidas pelo uso de áreas protegidas (via taxas de entrada, taxas de usuário e licenças); e permitir que as empresas comprem concessões ou arrendamentos para operar dentro de áreas protegidas. Os principais segmentos de mercado que oferecem potencial para as áreas protegidas aumentarem receita com o turismo é o turismo de massa, o turismo de aventura

e o ecoturismo / turismo baseado na natureza. No entanto, sem demanda do mercado, o turismo tem pouco a oferecer em uma área protegida. Um turismo bem-sucedido em áreas protegidas requer a capacidade de desenvolver e comercializar produtos turísticos em áreas protegidas e a capacidade de manter a qualidade ambiental dessas áreas no futuro. Os autores destacam, todavia que o turismo não será apropriado em todos os locais, por razões de conservação e por razões associados à operação do setor de turismo comercial e à demanda do mercado. Sites com alto nível de potencial de turismo precisam de apoio para aumentar a capacidade de desenvolvimento planos de gestão do turismo, instalações para visitantes, interpretação / orientação e conscientização programas, para criar vínculos com o setor de turismo comercial e para a implementação de mecanismos de aumento de receita.

Seek, Chris, and Natalie Sellier. "Stimulating Sustainable Development Through Tourism Concessions: Case Studies on How Tourism Can Benefit the Environment and Communities Living in and Around Protected Areas (English)." Washington, D.C.: World Bank Group, 2019. <http://documents.worldbank.org/curated/en/643981564580916089/pdf/Stimulating-Sustainable-Development-Through-Tourism-Concessions-Case-Studies-on-How-Tourism-Can-Benefit-the-Environment-and-Communities-Living-in-and-Around-Protected-Areas.pdf>.
[PDF file](#)

Este relatório do Grupo Banco Mundial tem como objetivo deste documento destacar nove exemplos de desenvolvimento do turismo em áreas protegidas e fornecer ideias e lições aprendidas em todo o mundo como uma série de estudos de caso. O documento foi escrito para aqueles que são novos nas concessões - incluindo governos nacionais, gestores de áreas protegidas, empresários, autoridades de turismo e seus assessores no desenvolvimento internacional, comunidade não governamental (ONG) - para aprender mais com exemplos práticos de como concessões foram utilizadas para o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas e para melhor compreender os envolvidos e as políticas necessárias para criar mudanças efetivas de um destino. Os autores realizaram pesquisas para identificar e selecionar estudos de caso que receberam prêmios internacionais de turismo e são exemplos de boas práticas de parcerias entre os setores público e privado, além de apoiarem a proteção dos recursos culturais e naturais; compartilharem benefícios diretos ao bem-estar social e econômico da populações locais; e realizarem suas atividades de forma ambientalmente amigável.

Spenceley, Anna, Hermione Nevill, Carla Faustiano Coelho, and Michelle Souto. "An Introduction to Tourism Concessioning: 14 Characteristics of Successful Programs," 2016. https://www.researchgate.net/profile/Anna_Spenceley/publication/304300673_An_introduction_to_tourism_concessioning_14_characteristics_of_successful_programs/links/576ba71508aef2a864d25f68/An-introduction-to-tourism-concessioning-14-characteristics-of-successful-programs.pdf.
[PDF file](#)

Este relatório técnico pretende ser um breve guia para gerentes de áreas protegidas, autoridades de turismo e seus assessores no mercado internacional, organizações não governamentais (ONG) e comunidades. Ele foi produzido como uma introdução a práticas de

concessão e parcerias público-privadas para aqueles que são novos no setor de turismo ou em áreas protegidas. O guia pretende fornecer uma visão geral dos principais temas a serem consideradas ao iniciar um trabalho nesta área. São explicitadas 14 características principais de programas de concessões bem-sucedidos. As autoridades estão sob crescente pressão preservar a beleza e a biodiversidade de suas praias, parques e paisagens naturais sites, além de aumentar a atividade turística e os autores entendem que a concessão de turismo é uma alternativa. O setor privado pode ser um parceiro importante para ajudar a área protegida e as autoridades a atingirem seus objetivos de conservação e atração de visitantes. Todavia a bem-sucedida entrega de programas de concessão é desafiadora e depende da combinação de características como conhecimento e experiência institucional que os autores buscam explicar nas 14 características principais exigidas na concessão de turismo em áreas protegidas.

Spenceley, Anna, Susan Snyman, and Paul Eagles. "Guidelines for Tourism Partnerships and Concessions for Protected Areas: Generating Sustainable Revenues for Conservation and Development." Secretariat of the Convention on Biological Diversity and IUCN, 2017.

<https://www.cbd.int/tourism/doc/tourism-partnerships-protected-areas-web.pdf>.

[PDF file](#)

Este relatório congrega a experiência de autores especialistas em turismo em áreas protegidas de forma abrangente e didática, com análises e estudos de casos reais, auxiliando no esclarecimento do papel das parcerias em parques. Uma visão detalhada dos processos de concessões de turismo é apresentada, desde a definição de conceitos e ferramentas, até as minúcias da gestão de contratos. O documento apresenta diretrizes que visam auxiliar agências e autoridades responsáveis pela gestão de áreas protegidas no desenvolvimento e uso de parcerias e concessões para o turismo entendendo seus prós e contras, desafios e opções, a fim de contribuir financeira e tecnicamente para as áreas protegidas através do turismo sustentável. Traz ainda, referências de outras fontes de informação para a diversas etapas dos processos de concessão.

Task Force on Economic Benefits of Protected Areas of the World Commission on Protected Areas (WCPA) of IUCN, in collaboration with the Economics Service Unit of IUCN. Economic Values of Protected Areas: Guidelines for Protected Area Managers. IUCN, 1998.

https://www.iucn.org/downloads/pag_002.pdf.

[PDF file](#)

Os objetivos deste relatório de diretrizes são de apresentar aos gestores de áreas protegidas o conceito e as ferramentas de avaliação econômica demonstrando seus usos potenciais nas áreas protegidas, em especial no que diz respeito ao seu financiamento e gestão, e compartilhar diversos estudos de caso. A avaliação econômica pode ser útil para os gerentes de áreas protegidas, pois pode ajudar a apoiar pedidos de financiamento de fontes tradicionais, identificar fontes adicionais de financiamento, identificar atores que podem impor ameaças às áreas protegidas, assim como fontes de captação de recursos ligadas ao uso público e orientar práticas de gestão. Os autores ressaltam que este tipo de estudo deve ser conduzido por um economista profissional que esteja atento às necessidades da área protegida, onde seu gerente deve trabalhar conjuntamente para estabelecer o uso final do estudo e a estrutura para

adequada para sua análise. Este guia destina-se a ajudar o gerente a fazer as perguntas certas ao economista.

The Concessions Processing Review Working Group. “Concessions Processing Review Report.” Department of Conservation - New Zealand, April 2010.

<https://www.doc.govt.nz/Documents/about-doc/concessions-and-permits/concessions/concessions-processing-review-report.pdf>.

[PDF file](#)

Esta publicação do Departamento de Conservação da Nova Zelândia traz o detalhamento da revisão dos processos de implantação e gestão de concessões em áreas protegidas. As fases do processo e suas diversas etapas foram revisadas através de consultorias e consultas públicas que visaram melhorar a eficiência e eficácia dos processos existentes antes de 2010, especialmente o tempo de análise e parâmetros para sua implementação. Mais do que o detalhamento de um processo de análise, este relatório congrega detalhes que podem colaborar para o desenvolvimento de processos similares em outros países, desde que se entenda as especificidades, desafios e possibilidades do contexto onde estes serão desenvolvidos.

UN World Tourism Organization. “Seminar on Ecotourism and Protected Areas in Africa: Contributing to Community Development and Conservation.” Maputo, Mozambique, November 2008. <http://videa.ca/wp-content/uploads/2015/08/seminar-on-ecotourism-and-protected-areas-in-Africa.pdf>.

[PDF file](#)

Este relatório apresenta o detalhamento de seminário realizado em 2008 em Moçambique que teve como objetivo oferecer oportunidades aos países da África de apresentar experiências e exemplos, bem como analisar o caso de Moçambique e do Parque e área Transfronteiriça do Limpopo, a fim de refletir e discutir sobre as oportunidades e desafios do ecoturismo, relacionados questões políticas públicas e técnicas de gestão de áreas protegidas. O seminário teve como objetivo proporcionar uma experiência prática para formuladores de políticas públicas, gerentes de áreas protegidas, operadores e organizações de desenvolvimento envolvidas no ecoturismo, através de trocas dinâmicas e exemplos concretos. Detalhamento das apresentações e discussões de grupos trabalho trazem uma gama de aspectos significativas para discussões sobre as possibilidades de ecoturismos em áreas protegidas no contexto africano, além de congregar conclusões e recomendações para a criação de ambiente propício para a conservação da natureza e o desenvolvimento do ecoturismo, redução da pobreza e repartição de benefícios à comunidade através da construção de cadeias de suprimentos locais, apoio à conservação da natureza através do turismo - desenvolvimento de fontes de financiamento criativas e a mitigação de impactos ambientais, além do monitoramento e desenvolvimento de operações do turismo.

LISTA DE REFERÊNCIAS ADICIONAIS

Na listagem abaixo apresentamos referências adicionais com as URLs onde os arquivos podem ser encontrados, assim como uma opção de acesso direto aos arquivos em formato PDF. As referências estão organizadas em cinco categorias: trabalhos científicos, notícias, websites, relatórios e livros, e documentos.

Trabalhos científicos

- Beraldo Souza, Thiago do Val Simardi. “Recreation Classification, Tourism Demand and Economic Impact Analyses of the Federal Protected Areas of Brazil.” University of Florida, 2016.
http://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/108/mod_data/content/1848/Thiago%20do%20V.%20S.%20B.%20Souza%20-%20Doutorado%20-%20Ano%202016.pdf.
[PDF file](#)
- Buckley, Ralf. “Parks and Tourism.” PLOS Biology 7, no. 6 (June 30, 2009): e1000143.
<https://journals.plos.org/plosbiology/article/file?id=10.1371/journal.pbio.1000143&type=printable>.
[PDF file](#)
- Cessford, Gordon, and Andy Thompson. “Managing Tourism in the New Zealand Protected Area System.” *Parks - Tourism and Protected Areas - IUCN/WCPA* 12, no. 1 (2002): 26–36.
https://parksjournal.com/wp-content/uploads/2017/07/parks12_1.pdf.
[PDF file](#)
- Christensen, Neal, Alan Watson, and James Burchfield. “Relationships to Place in Wildland Resources Management: Developing an Effective Research Approach.” USDA Forest Service Proceedings RMRS-P-49. 2007, 2007, 9.
https://www.fs.fed.us/rm/pubs/rmrs_p049/rmrs_p049_470_478.pdf.
[PDF file](#)
- Cordes, Bernd. “Turning EBM into ‘Business as Usual’ Can Help Lead to Financial Sustainability.” *Marine Ecosystems and Management*, 2011.
<https://meam.openchannels.org/sites/default/files/meam/archive/MEAM20.pdf>.
[PDF file](#)
- Kirkby, Christopher A., Renzo Giudice-Granados, Brett Day, Kerry Turner, Luz Marina Velarde-Andrade, Augusto Dueñas-Dueñas, Juan Carlos Lara-Rivas, and Douglas W. Yu. “The Market Triumph of Ecotourism: An Economic Investigation of the Private and Social Benefits of Competing Land Uses in the Peruvian Amazon.” PLoS ONE 5, no. 9 (September 29, 2010).
<https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0013015&type=printable>.
[PDF file](#)
- Merkel, Andreas, John Claussen, and Heather Thompson. “A Role for Effective, Efficient, and Equitable Conservation Concessions in Conserving Natural Resources in Indonesia.”

Conservation and Community Investment Forum, August 2003.
<https://www.cbd.int/financial/pes/indonesia-pesconcession.pdf>.
[PDF file](#)

Moore, Susan A., and Betty Weiler. "Tourism–Protected Area Partnerships: Stoking the Fires of Innovation." *Journal of Sustainable Tourism* 17, no. 2 (March 18, 2009): 129–32.
https://www.researchgate.net/profile/Susan_Moore6/publication/43981010_Tourism-protected_area_partnerships_stoking_the_fires_of_innovation/links/56b2c31808ae5ec4ed4b5ab9/Tourism-protected-area-partnerships-stoking-the-fires-of-innovation.pdf.
[PDF file](#)

Sachedina, Hassan, and Fred Nelson. "Protected Areas and Community Incentives in Savannah Ecosystems: A Case Study of Tanzania's Maasai Steppe." *Oryx* 44, no. 3 (July 2010): 390–98.
https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/6F15A4ECC78995622DDA39F557016206/S0030605310000499a.pdf/protected_areas_and_community_incentives_in_savannah_ecosystems_a_case_study_of_tanzanias_maasai_steppe.pdf.
[PDF file](#)

Viveiros de Castro, Ernesto, Thiago Beraldo Souza, and Brijesh Thapa. "Determinants of Tourism Attractiveness in the National Parks of Brazil." *PARKS* 21, no. 2 (November 1, 2015).
<https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2014.PARKS-21-2EVDC.en>.
[PDF file](#)

News

Davis, Jess. "The Fight for National Parks as Governments and Businesses Cash in on Eco-Tourism." ABC News, December 15, 2019. <https://www.abc.net.au/news/2019-12-15/private-development-in-national-parks-opposed/11800134>.
[PDF file](#)

Doyle, Michael, E. E. News reporter Published: Tuesday, September 3, and 2019. "YOSEMITE: Park Service, Concessionaire End 4-Year Trademark Battle," February 28, 2020.
<https://www.eenews.net/stories/1061110833>.
[PDF file](#)

Ellison, Katherine. "Renting Biodiversity: The Conservation Concessions Approach." *Conservation Magazine*, July 29, 2008. <https://www.conservationmagazine.org/2008/07/renting-biodiversity-the-conservation-concessions-approach/>.
[PDF file](#)

Hoffmann, Joselyne. "Concessions of Services in Protected Areas of Costa Rica Incorporate Methodology Created by EfD-CA." Accessed May 11, 2020.
<https://efdinitiative.org/research/projects/concessions-services-protected-areas-costa-rica-incorporate-methodology-created>.
[PDF file](#)

Yale E360. “An African Success: In Namibia, The People and Wildlife Coexist,” February 20, 2020. https://e360.yale.edu/features/an_african_success_in_namibia_the_people_and_wildlife_coexist.
[PDF file](#)

Websites

African Safari Foundation. “African Safari Foundation - Benefits Beyond Boundaries,” February 19, 2020. <https://www.asf-foundation.org/>.
[PDF file](#)

Alaska Department of Fish and Game. “Licenses and Permits, Alaska Department of Fish and Game,” February 19, 2020. <http://www.adfg.alaska.gov/index.cfm?adfg=license.main>.
[PDF file](#)

California Department of Parks and Recreation. “Concessions Program.” CA State Parks, February 19, 2020. https://www.parks.ca.gov/?page_id=29362.
[PDF file](#)

Conservation Tourism in Namibia. “Conservation Tourism in Namibia |.” Accessed May 11, 2020. <https://conservationtourism.com.na/frontpage>.
[PDF file](#)

IUCN/WCPA. “PARKS – The International Journal of Protected Areas & Conservation.” Accessed June 15, 2020. <https://parksjournal.com/>.
[PDF file](#)

NACSO - Namibian Association of CBNRM Support Organisations. “Tourism Concessions in Namibia.” NACSO, August 21, 2015. <http://www.nacso.org.na/tourism-concessions>.
[PDF file](#)

Nkwichi Lodge. “Manda Wilderness Project - Community Trust - Mozambique,” February 21, 2020. <http://mandawilderness.org/>.
[PDF file](#)

U.S. National Park Service. “Commercial Services Program,” February 21, 2020. <https://www.nps.gov/orgs/csp/index.htm>.
[PDF file](#)

Relatórios e livros

Benitez P., Silvia. “Visitor Use Fees and Concession Systems in Protected Areas: Galápagos National Park Case Study.” TNC, 2001. <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.473.5097&rep=rep1&type=pdf>.
[PDF file](#)

- Department of Conservation, New Zealand. “Concession-Based Tourism in Three National Parks.” The Value of Conservation, 2006. <https://www.doc.govt.nz/globalassets/documents/conservation/value-of-conservation.pdf>. PDF file
- Elliott, Joanna, and Daudi Sumba. “Conservation Enterprise: What Works, Where and for Whom?” Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd, 2011. <https://pubs.iied.org/pdfs/14613IIED.pdf>. PDF file
- Government of Mozambique. “Nature-Based Tourism - Mozambique Conservation Areas,” 2018. <http://pubdocs.worldbank.org/en/881051531337811300/Ficha%CC%81rio-ENG-LOW.pdf>. PDF file
- Griffin, Tony, Sue Moore, Gary Crilley, Simon Darcy, and Stephen Schweinsberg. “Protected Area Management: Collection and Use of Visitor Data: Summary and Recommendations.” PROTECTED AREA MANAGEMENT 1 (2010): 50. <https://sustain.pata.org/wp-content/uploads/2015/02/80040-Griffin-PAM-Visitation-Project-Volume-a-WEB.pdf>. PDF file
- Keller, Sam. “Engaging Tourism Companies in Marine Conservation: International Finance Corporation.” 2002. http://www.abcg.org/action/document/download?document_id=458. PDF file
- Leung, Yu-Fai, Anna Spenceley, Glen Hvenegaard, and Ralf Buckley, eds. Tourism and Visitor Management in Protected Areas: Guidelines for Sustainability. 1st ed. IUCN, International Union for Conservation of Nature, 2018. <https://portals.iucn.org/library/node/47918>.
- Massyn, Peter John, Ed Humphrey, and David Grossman. “Tourism Scoping Report - Kunene Peoples Park,” March 2009. <https://tinyurl.com/tcnrw5u>. PDF file
- Meyers, D., J. Bohorquez, T. Cumming, L. Emerton, O.v.d. Heuvel, M. Riva, and R. Victurine. “Conservation Finance: A Framework.” Conservation Finance Alliance, 2020. <https://static1.squarespace.com/static/57e1f17b37c58156a98f1ee4/t/5e8c97ecf33f8960fc2cbda3/1586272239963/Conservation+Finance+Framework.pdf>. PDF file
- Rice, Richard. “Conservation Concessions - Concept Description.” Conservation International, November 2002. https://vtechworks.lib.vt.edu/bitstream/handle/10919/66846/2356_Rice2002_ConcessionConceptDescription.pdf?sequence=1&isAllowed=y. PDF file

- Salole, Mai. "Carrying Capacity of the Community Lodge Industry in South Africa," 2007.
<https://www.yumpu.com/en/document/read/32159198/carrying-capacity-of-the-community-lodge-industry-in-south-africa>.
[PDF file](#)
- Spergel, Barry. Raising Revenues for Protected Areas: A Menu of Options. WWF, 2020.
<https://www.cbd.int/financial/fiscalenviron/g-fiscalrevenues-wwf.pdf>.
[PDF file](#)
- Su, Dan, Geoffrey Wall, and Paul F. J. Eagles. "Emerging Governance Approaches for Tourism in the Protected Areas of China." *Environmental Management* 39, no. 6 (June 1, 2007): 749–59.
<https://link-springer-com.ezproxy2.library.colostate.edu/content/pdf/10.1007/s00267-006-0185-y.pdf>.
[PDF file](#)
- Sumba, Daudi, Fiesta Warinwa, Philip Lenaiyasa, and Philip Muruthi. "The Koiya Starbeds Ecolodge: A Case Study of a Conservation Enterprise in Kenya." African Wildlife Foundation, October 2007.
https://www.awf.org/sites/default/files/media/Resources/Books%20and%20Papers/Koiya_Starbeds_Ecolodge_Case_study.pdf.
[PDF file](#)
- Thompson, Andy. "Financing Protected Areas in Chile." United Nations Development Program Chile, December 2012. http://bdrnap.mma.gob.cl/recursos/privados/Recursos/CNAP/GEF-SNAP/Thomson_2012.pdf.
[PDF file](#)
- Tuxill, Jacquelyn L., Nora J. Mitchell, and Jessica Brown. "Collaboration and Conservation Lessons Learned from National Park Service Partnership Areas in the Western United States." *Conservation and Stewardship Publication*. National Parks Service, 2004.
<https://www.nps.gov/orgs/1412/upload/Collaboration-and-Conservation-Western-US-508.pdf>.
[PDF file](#)
- UNEP/CBD/COP8. "Options on Means to Strengthen the Use of Innovative Mechanisms to Develop Public-Private Partnerships to Promote Private Investments of Sustainable Projects in Protected Areas," 27. Curitiba, Brazil: UNEP/CBD/COP/8/INF/21, 2006.
<https://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-08/information/cop-08-inf-21-en.pdf>.
[PDF file](#)

Documentos

- Ministry of Environment and Tourism Namibia. "Policy on Tourism and Wildlife Concessions On State Land," 2007.
<http://www.met.gov.na/files/files/National%20Policy%20on%20Tourism%20and%20Wildlife%20Concessions%20On%20State%20Land%202007.pdf>.
[PDF file](#)

- NPS, USA. “Concessions Permit for Cruise Ship Services - Glacier Bay National Park & Preserve,” April 1998. <https://www.nps.gov/glba/learn/management/upload/permit-cs-98-00.pdf>.
[PDF](#) file
- Republic of the Philippines. Department of Environment and Natural Resources. “Guidelines on Ecotourism Planning and Management in Protected Areas,” 2013. <http://www.bmb.gov.ph/index.php/e-library/laws-and-policies/denr-administrative-orders/dao-2007-2016?download=188:denr-administrative-order-2013-19>.
[PDF](#) file
- United States Department of the Interior, and National Park Service. “Concession Contract - Yosemite National Park,” November 2016. <https://www.nps.gov/yose/learn/management/upload/epmarket-contract.pdf>.
[PDF](#) file
- U.S. Forest Service. “Special Uses Handbook - Chapter 10 - Application and Authorization Processing,” 2016. https://www.fs.usda.gov/Internet/FSE_DOCUMENTS/fseprd526449.pdf.
[PDF](#) file



Bibliografia de concessões Referências em ESPANHOL

Versão julho 2020 – Juarez Michelotti, James R. Barborak e Javier Sagra

ANOTAÇÕES DAS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Abaixo apresentamos as 11 principais referências sobre parcerias e concessões para gestão de atividades turísticas e recreativas em áreas protegidas com anotações (sucintos descritivos de seus conteúdos), as URLs onde os arquivos podem ser encontrados, assim como uma opção de acesso direto aos arquivos em formato PDF. As referências estão organizadas em cinco categorias: trabalhos científicos (3), notícias (2), websites (2), relatórios e livros (2), e documentos (2).

Trabalhos científicos

Barborak, James R. . “Concesiones turísticas en áreas protegidas: una idea vieja con nuevo ímpetu.”

Revista Parques, 2012. <http://www.ecoturismogenuino.com/inicio/wp-content/uploads/2019/10/Barborak-Concesiones-2012-Revista-Parques.pdf>.

Arquivo [PDF](#)

Este artigo apresenta um cenário global das áreas protegidas e das concessões de serviços de turismo. São destacados conceitos gerais sobre parcerias entre governos e a instituições privadas – com e sem fins lucrativos, além de apresentar o processo de busca e sistematização de referências bibliográficas sobre o tema. O artigo indica que foram encontradas referências nos idiomas inglês, espanhol e português, nas quais encontram-se estudos de casos, documentos de boas práticas e links de páginas web de agências ligadas a conservação da natureza, onde podem ser encontradas informações sobre normas, regras, leis e políticas sobre concessões em áreas protegidas. O autor ressalta a importância dos procedimentos e normas para a criação das parcerias, mas também destaca a necessidade de intensa gestão e supervisão de contratos em andamento. O artigo apresenta a existência de oposição às concessões em áreas protegidas em diversos países, mas ressalta que há maior tendência em diversos governos, em vários continentes, de fomento às parcerias público-privadas. Destaque é dado ao esclarecimento de que as concessões de serviços de turismo em áreas protegidas não são privatizações permanentes de bens públicos, mas sim uma forma de privatizar riscos, reduzir investimentos do poder público e socializar os benefícios usando acordos com prazos específicos de início e fim. O artigo reforça que são necessárias políticas, leis e normas claras de definição de requisitos para qualificação de interessados, assim como a adequado supervisão e gestão de contratos. Se estas etapas forem bem estruturadas as concessões podem trazer benefícios econômicos, ecológicos e sociais tanto para as áreas protegidas, como para comunidades locais influenciando positivamente economias regionais e nacionais.

Vargas-Luna, Lourdes Milagros. “Viabilidad e impacto económico de las concesiones para ecoturismo en dos áreas naturales protegidas del Perú.” Maestría en Ecoturismo, Universidad Nacional Agraria La Molina, 2019.

<http://repositorio.lamolina.edu.pe/bitstream/handle/UNALM/3812/vargas-luna-lourdes-milagros.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Archivo [PDF](#)

Esta dissertação de mestrado apresenta um estudo sobre o desenvolvimento do ecoturismo e das concessões de meios de hospedagem dentro de áreas naturais protegidas no Peru. O estudo indica que para o sucesso destas parcerias faz-se necessário o desenvolvimento de ferramentas adequadas para promover o investimento da iniciativa privada na indústria do ecoturismo através de um arcabouço legal, com embasamento técnico e apoiado por políticas públicas. Foram avaliados dois meios de hospedagem em áreas naturais protegidas, sua viabilidade econômica, as dificuldades com a normatização deficiente para o estabelecimento de parcerias, assim como o impacto social das atividades em comunidades locais. Também foram entrevistados dirigentes de agências de gestão ambiental e conservação que indicaram uma mudança de visão: onde antes havia uma intenção unicamente protecionista, agora busca-se entender o turismo como uma estratégia de conservação e abrir as possibilidades para o investimento privado em áreas protegidas.

Prado-Salas, Sofía. “Obligatoriedad del Certificado de Sostenibilidad Turística (CST) en la aprobación de concesiones turísticas reguladas en la Ley sobre la Zona Marítimo Terrestre de Costa Rica y su importancia como medida de mitigación del cambio climático.” Universidad de Costa Rica, 2009. <http://repositorio.sibdi.ucr.ac.cr:8080/jspui/bitstream/123456789/1557/1/30861.pdf>.

Archivo [PDF](#)

Este trabalho do campo do direito foi desenvolvido na Costa Rica e teve por objetivo analisar a possibilidade de utilização da Certificação para a Sustentabilidade Turística para meios de hospedagem como critério para a concessão de empreendimentos hoteleiros em uma Zona Marítima Terrestre. Apesar de não se tratar de um exemplo específico de concessão de serviços de turismo em áreas protegidas o trabalho traz uma reflexão significativa para a temática a sugerir a inserção de critérios para a aprovação de concessões. Grande parte do estudo aborda a temática das mudanças climáticas, todavia reforça que as certificações podem se tornar parâmetros para a qualificação de concessionários de meios de hospedagem onde estes devem atender critérios como: eficiência energética, tratamento de efluentes e resíduos, aquisição de produtos “verdes”, conservação e restauração do ambiente natural, fomento à educação e sobre o desenvolvimento sustentável na empresa, com seus clientes e nas comunidades adjacentes para diminuir a pobreza através da incorporação de comunidades na repartição dos benefícios econômicos do turismo.

Notícias

Asociación Nacional de Parques y Recreación de México. “Revista Parques (Junio-Septiembre 2019).” Asociación Nacional de Parques y Recreación de México, 2019.
<https://www.flipsnack.com/revistaparques/revista-parques-junio-septiembre/download-pdf.html>.
Archivo [PDF](#)

A revista ‘Parques’ da Associação Nacional de Parques e Recreação do México traz em sua edição de junho a setembro de 2019 duas matérias que tratam da temática das concessões em áreas protegidas naturais e/ou urbanas. Uma visão geral dos processos de criação de parcerias público-privadas e critérios fundamentais para seu sucesso e manutenção são abordados por um consultor brasileiro que apresenta dados de cidades de São Paulo e Nova Iorque. Em outra matéria que trata dos grandes parques e florestas urbanas do México, as concessões aparecem de maneira frequente como uma alternativa para sua manutenção e prestação de serviços, onde é ressaltada que não existe ‘receita-de-bolo’ para a criação de parcerias. Entendem que cada parque possui especificidades e complexidades únicas de relacionamento com seu entorno. Acreditam que se deve eliminar o tabu da criação de concessões em parques, pois, segundo os autores, estas podem movimentar a economia, gerar socialização através de atividades realizadas nos parques e seus arredores. Complementam que deve haver um equilíbrio entre modelos econômicos e recreação que permitam uma operação dos parques de maneira financeiramente saudável.

RedParques. “Latinoamérica al Natural - Ecoturismo Para La Conservación En Áreas Protegidas #1.” Boletín RedParques, 2016.
<https://www.conanp.gob.mx/BoletinRedParques/IBoletinRedParques2016.pdf>.
Archivo [PDF](#)

O Boletim eletrônico da RedParques traz em sua edição de número um, uma matéria sobre o ecoturismo nos parques nacionais da Colômbia. O autor apresenta a realidade das áreas protegidas de seu país e traz à tona o entendimento assumido pelo governo colombiano de que o ecoturismo pode ser uma estratégia de conservação e desenvolvimento local. Nesta estratégia três arranjos principais de parcerias são fomentados: concessão de serviços ecoturísticos por um operador privado; o programa ecoturismo comunitário conduzido por empresas comunitárias e a prestação de serviços pelo próprio órgão gestor. O artigo traz dados específicos de cada arranjo e indica o aumento da quantidade de visitantes como consequência da melhoria da qualidade de serviços, com a consequente melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas nas atividades de ecoturismo nos parques nacionais da Colômbia. Este boletim eletrônico é editado anualmente e encontra-se em sua quarta edição.

Websites

CONAF. “Manuales, normativa y reglamentos áreas silvestres protegidas.” Gobierno de Chile, 2015.
<https://intra.conaf.cl/descarga/manuales/>.
Archivo [PDF](#)

Este sítio web oficial do governo do Chile é um repositório de manuais, normas e regras referentes às áreas protegidas daquele país. Dentre os documentos principais listados encontram-se os manuais de: parcerias com terceiros para o desenvolvimento do ecoturismo em áreas silvestres protegidas, acessibilidade em áreas protegidas, intensidade de uso, recreação, planos de uso público, sinalização, turismo de aventura, dentre outros. Cabe destacar que o Chile vem se destacando no cenário Latino-americano quanto à gestão e ao acesso às áreas protegidas, sendo este repositório uma referência significativa para países vizinhos.

Parques Nacionales Naturales de Colombia. “Concesión de servicios ecoturísticos.” Accessed May 12, 2020. <http://www.parquesnacionales.gov.co/portal/es/ecoturismo/fortalecimiento-del-ecoturismo-en-parques-nacionales-naturales/concesion-de-servicios-ecoturisticos/>.
Archivo [PDF](#)

Este sítio web oficial do governo da Colômbia traz uma análise do programa de estímulo ao ecoturismo em parques nacionais com foco especial nos processos de concessão. Além de indicar as bases legais e os objetivos do programa o sítio é o repositório de relatórios sobre as atividades das concessões de 2012 a 2017.

Relatórios e Livros

Lembo, Carolina, Ancor Suárez Alemán, José Yitani Ríos, Gastón Astesiano, Julio Franco Corzo, Fernando Pieroni, and Luiz Francisco Vasco de Toledo. “Casos de Estudio en Asociaciones Público-Privadas en América Latina y el Caribe: Parques Públicos Urbanos en Sao Paulo (Brasil).” Inter-American Development Bank, May 2019.
https://downloadapi.paperflite.com/api/2.0/shared_url/5d6543460b593a2b6eb4175e/asset/5d6543460b593a2b6eb4175d/download.
Archivo [PDF](#)

Este relatório do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento apresenta o estudo de caso do desenvolvimento de parcerias público-privadas para a gestão de parques urbanos na cidade de São Paulo. Os autores indicam que este tipo de parceria vem sendo utilizada em países como Estados Unidos, Inglaterra e Canadá. A prefeitura de São Paulo decidiu criar parcerias com a iniciativa privada objetivando melhorias, manutenção e operação de 6 parques, entre eles o Parque do Ibirapuera, um dos maiores da cidade. O processo de desenvolvimento da parceria é considerado inovador por integrar os custos totais da operação e manutenção dos parques para a instituição concessionária, além desta ter de cumprir com obrigações ambientais e operacionais bem definidas. As fontes de retorno financeiro às concessionárias serão provenientes majoritariamente de serviços de alimentação a serem instalados nos parques, pois a entrada nos parques deverá continuar gratuita. O modelo define ainda obrigações de realização de investimentos para melhoria da infraestrutura existente e oferta de atividades, além do pagamento de uma outorga para obtenção do direito de explorar os parques comercialmente. O documento detalha os parâmetros preliminares do processo e reforça o

ineditismo deste tipo de parceria na América Latina e Caribe, uma vez que é a primeira vez que uma prefeitura se engaja em um processo como este, em especial com estes parâmetros.

Spenceley, Anna, Susan Snyman, and Paul Eagles. “Directrices para alianzas y concesiones turísticas en áreas protegidas: generación de ingresos sostenibles para la conservación y el desarrollo.” CDB/UICN, 2017. <https://www.cbd.int/tourism/doc/tourism-partnerships-protected-areas-es-web.pdf>.
Archivo [PDF](#)

Este relatório congrega a experiência de autores especialistas em turismo em áreas protegidas de forma abrangente e didática, com análises e estudos de casos reais, auxiliando no esclarecimento do papel das parcerias em parques. Uma visão detalhada dos processos de concessões de turismo é apresentada, desde a definição de conceitos e ferramentas, até as minúcias da gestão de contratos. O documento apresenta diretrizes que visam auxiliar agências e autoridades responsáveis pela gestão de áreas protegidas no desenvolvimento e uso de parcerias e concessões para o turismo entendendo seus prós e contras, desafios e opções, a fim de contribuir financeira e tecnicamente para as áreas protegidas através do turismo sustentável. Traz ainda, referências de outras fontes de informação para a diversas etapas dos processos de concessão.

Documentos

CONAF. “Manual de procedimientos para el control de cumplimiento de los contratos de concesiones recreativas en el Sistema Nacional de Áreas Silvestres Protegidas del Estado.” Chile: Corporación Nacional Forestal, 2008. <https://www.conaf.cl/cms/editorweb/institucional/Manual-Control-Concesiones-Recreativas.pdf>.
Archivo [PDF](#)

Este manual do governo do Chile estabelece parâmetros para o controle e gestão de contratos para as concessões a terceiros para a condução e operação de serviços recreativos realizados em áreas protegidas federais. Este manual foi criado dentro da Corporação Nacional Florestal que considera a qualidade um fator fundamental na gestão de atividades recreativas e de ecoturismo para que estas satisfaçam a demanda dos usuários sem deixar de lado a compatibilidade com normas, regras de leis de conservação do patrimônio natural. A publicação reforça a importância de contratos bem elaborados com critérios explícitos de técnica e qualidade dos serviços que devem ser monitorados constantemente. Para elaborar este manual a corporação revisou diversos contratos, definiu estratégias de controle e acompanhamento sistemático das concessões existentes, além de fazer uma revisão conceitual e caracterização pormenorizadas das parcerias. Este manual serve de modelo para o desenvolvimento de processos similares, sendo parte fundamental para garantir o bom desempenho deste tipo de parceria, ou seu encerramento, quando for o caso.

CONAF. “Política para concesiones turísticas al interior de las áreas silvestres protegidas del Estado.”
Gobierno de Chile, 2007.
Archivo [PDF](#)

Este documento do governo do Chile apresenta premissas para a criação e gestão de áreas protegidas dando ênfase ao fazer técnico que cabe aos órgãos de gestão no desenvolvimento econômico e social de comunidades rurais e/ou nos arredores das áreas protegidas estatais. Esta política apresenta conceitos, justificativas e parâmetros para que seja possível o investimento privado dentro de áreas do estado compatibilizando os objetivos de criação das áreas protegidas com o desenvolvimento de alianças e parcerias com a indústria do turismo, que gerem benefícios locais. Estas parcerias e alianças tem por objetivo o desenvolvimento e operação de infraestrutura e/ou serviços recreativos e turísticos através de instrumentos de concessão, via licitação pública, seguindo ritos legais. O documento indica que os objetivos principais das concessões são: a contribuição para a melhoria da quantidade e qualidade dos serviços turísticos ofertados nas áreas protegidas; a promoção e atração de investimentos (infraestrutura, equipamentos e serviços) e capacidade de gestão (conhecimento, empreendedorismo e know-how) de terceiros (privados), alcançando assim a satisfação da experiência de usuários de parques que buscam recreação, educação ambiental e contato com a natureza.

LISTA DE REFERÊNCIAS ADICIONAIS

Na listagem abaixo apresentamos referências adicionais com as URLs onde os arquivos podem ser encontrados, assim como uma opção de acesso direto aos arquivos em formato PDF. As referências estão organizadas em cinco categorias: trabalhos científicos, notícias, websites, relatórios e livros, e documentos.

Trabalhos científicos

Aguirre, Juan A. “Financiamiento del servicio de educación al turista en áreas protegidas: concesión u operación estatal.” PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural 6, no. 3 (2008): 451–465.
<http://www.pasosonline.org/Publicados/6308/PASOS15.pdf#page=71>.
Archivo [PDF](#)

Ayala, Salvador, and Sofía Estefany. “Las concesiones de operación turística en áreas protegidas del Ecuador,” 2014. <http://dspace.udla.edu.ec/handle/33000/80>.
Archivo [PDF](#)

Caviedes-Rubio, Diego Iván, and Alfredo Olaya-Amaya. “Ecoturismo en áreas protegidas de Colombia: una revisión de impactos ambientales con énfasis en las normas de sostenibilidad ambiental.” Revista Luna Azul, no. 46 (2018): 311–330.
<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3217/321759619016/321759619016.pdf>.
Archivo [PDF](#)

Colín, Alma Lucero Palma. “Análisis socioeconómico de las concesiones turísticas en el ANP Parque Ecológico, Zoológico, Recreativo y Turístico Denominado Tollocan-Calimaya.” Universidad Autónoma del Estado de México, 2016.

<http://ri.uaemex.mx/bitstream/handle/20.500.11799/62636/UAEM-FAPUR-TESIS-ALMA%20LUCERO%20PALMA%20COL%c3%8dN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Archivo [PDF](#)

Lazo, Angel. “Reflexiones nacionales IV. Desarrollo del ecoturismo en áreas silvestres protegidas en Chile.” Naciones Unidas - CEPAL, Seminarios y conferencias, 17 (2001): 66–75.

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6468/S01121064.pdf?sequence=1#page=66>.

Archivo [PDF](#)

Rivas Ortega, Humberto. “Ecoturismo en Chile: desafíos de una década de crecimiento en las áreas protegidas del Estado.” Études caribéennes, no. 41 (December 1, 2018).

<https://doi.org/10.4000/etudescaribeennes.13161>.

Archivo [PDF](#)

Noticias

CNN Chile. “Gobierno planea licitar y concesionar 10 parques nacionales de Chile para habilitar hoteles,” 2019. https://www.cnnchile.com/pais/gobierno-planea-licitar-y-concesionar-10-parques-nacionales-de-chile-para-habilitar-hoteles_20190327/.

Archivo [PDF](#)

Huls, Luis. “Denuncian que apuran las obras en el Parque Iguazú sin evaluación de impacto.” Primera Edición (blog), September 21, 2019.

<https://www.primeraedicion.com.ar/nota/100165436/denuncian-que-apuran-las-obras-en-el-parque-iguazu-sin-evaluacion-de-impacto/>.

Archivo [PDF](#)

Loreiro, Gabriela. “Por decreto, Macri recorta poderes a Parques Nacionales.” Primera Edición (blog), May 28, 2019. <https://www.primeraedicion.com.ar/nota/100123932/por-decreto-macri-recorta-poderes-a-parques-nacionales/>.

Archivo [PDF](#)

Misiones Online. “En las Cataratas del Iguazú iniciarán obras que triplicarán los servicios para los turistas, con especial cuidado en el medio ambiente,” August 4, 2019.

<https://misionesonline.net/2019/08/04/las-cataratas-del-34-iguazu-iniciaran-obras-triplicaran-los-servicios-los-turistas-especial-cuidado-medio-ambiente/>.

Archivo [PDF](#)

Télam. “Brasil privatiza el parque nacional de Iguazú y otros dos más.” Diario El Sol, December 4, 2019. <https://www.elsol.com.ar/brasil-privatiza-el-parque-nacional-de-iguazu-y-otros-dos-mas>.

Archivo [PDF](#)

Thibaud, Michel H. “La Concesión del area Cataratas del Parque Nacional Iguazú.”
Patrimonionatural.com. Accessed May 11, 2020.
<http://www.patrimonionatural.com/html/informes/278-ConcesIguazu.html>.
Archivo [PDF](#)

Urieles, Jorge. “El lío por el que Parque Tayrona (Colombia) reduciría su oferta turística.” El Tiempo.
September 11, 2019. <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/razon-por-la-que-parque-tayrona-reduciria-oferta-turistica-411340>.
Archivo [PDF](#)

RedParques. “Latinoamérica al Natural - Ecoturismo para la conservación en áreas protegidas #2.”
Boletín RedParques, 2017.
<https://www.conanp.gob.mx/BoletinRedParques/IIBoletinRedParques2017.pdf>.
Archivo [PDF](#)

RedParques. “Latinoamérica al Natural - Ecoturismo para la conservación en áreas protegidas #3.”
Boletín RedParques, 2018.
https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/394237/Boletin_RedParques_2018_Comprimido_CREDITOS_OK.pdf.
Archivo [PDF](#)

RedParques. “Latinoamérica al Natural - Ecoturismo para la conservación en áreas protegidas #4.”
Boletín RedParques, 2019.
https://www.conanp.gob.mx/BoletinRedParques/IVBoletinRedParques2019.pdf?fbclid=IwAR0aIhXxJdykeBjH3vckJpqZTbzCMZN7VZnvcD15X_bogrKkOtM7I9_mBNM.
Archivo [PDF](#)

Websites

Asociación Nacional de Parques y Recreación de México. “Asociación nacional de parques y recreación de México,” 2020. <https://anpr.org.mx/>.
Archivo [PDF](#)

Gobierno de Chile. “Concesiones turísticas en Áreas Silvestres Protegidas del Estado.” Subsecretaría de Turismo, 2020. <http://www.subturismo.gob.cl/areas-protegidas/concesiones-turisticas-en-areas-silvestres-protegidas-del-estado/>.
Archivo [PDF](#)

Relatórios e Livros

Administración de Parques Nacionales, and Fundación Vida Silvestre Argentina. “Las áreas protegidas de la Argentina. Herramienta superior para la conservación de nuestro patrimonio natural y cultural.” Argentina, 2007. https://sib.gob.ar/archivos/APs_Argentina_APN2007.pdf.
Archivo [PDF](#)

Crespo de Nogueira y Creer, Eduardo, Jesús Casas Grande, Nuria Manso Hernández, Leticia Calvo Vialettes, Pilar Gorriá Serrano, and Sira Membrado García-Cesto. “Gestión adaptativa del turismo en áreas protegidas de Iberoamérica.” España: Organismo Autónomo Parques Nacionales, 2007. https://www.miteco.gob.es/es/parques-nacionales-oapn/proyectos-de-cooperacion/pifte-2007_tcm30-287184.pdf.
Archivo [PDF](#)

Leung, Yu-Fai, Anna Spenceley, Glen Hvenegaard, and Ralf Buckley, eds. Gestión del turismo y de los visitantes en áreas protegidas: directrices para la sostenibilidad. IUCN, International Union for Conservation of Nature, 2019.
<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-027-Es.pdf>.

Mengarelli, Mario, Kyran Thelen, and María Isabel Vergara, eds. Sostenibilidad financiera para áreas protegidas en América Latina. Santiago, Chile: Programa FAO/OAPN, 2010.
<http://www.fao.org/3/a-i1670s.pdf>.
Archivo [PDF](#)

Tropico Verde. “El proyecto turístico Cuenca del Mirador y las concesiones forestales en la zona de uso múltiple de la Reserva de la Biosfera Maya.” Guatemala, 2005.
http://www.tropicoverde.org/Proyecto_TV/doc_pdf/Cuenca%20del%20Mirador,%20marzo%2005.pdf.
Archivo [PDF](#)

Documentos

CONAF. “Aclaración de bases administrativas y técnicas para la concesión de infraestructura mayor ecoturística en los Parques Nacionales Pumalín Douglas Tompkins y Patagonia (Sector Valle Chacabuco).” Gobierno de Chile, 2020. https://www.conaf.cl/wp-content/uploads/2019/12/Resoluci%C3%B3n_Aclaratoria_Bases.pdf.
Archivo [PDF](#)

CONAF. “Bases administrativas y técnicas para la concesión de infraestructura ecoturística en el Parque Nacional Patagonia (Sector Valle Chacabuco).” Gobierno de Chile, 2019.
https://www.conaf.cl/wp-content/uploads/2019/12/Bases-Tecnicas-y-Administrativas-Infraestructura-mayor_PN-Patagonia_v1-.pdf.
Archivo [PDF](#)

CONAF. “Bases administrativas y técnicas para la concesión de infraestructura ecoturística en el Parque Nacional Pumalín Douglas Tompkins.” Gobierno de Chile, 2019.
https://www.conaf.cl/wp-content/uploads/2019/12/Bases-Tecnicas-y-Administrativas-Infraestructura-mayor_PN-Pumalin-DT_v1.pdf.
Archivo [PDF](#)

República de Guatemala. “Acuerdo Gubernativo no. 759-90 - Reglamento de ley de áreas protegidas,” 1990. <https://asisehace.gt/media/regarea.pdf>.
Archivo [PDF](#)